



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Fl. 1
TC-4310.989.16-5

RELATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL

Processo : eTC 4310.989.16-5
Entidade : Prefeitura Municipal de Mogi Mirim
Assunto : Contas Anuais
Exercício : 2016
Responsável : Luis Gustavo Antunes Stupp¹
CPF n° : 327.258.878-79
Período : 01/01/2016 a 31/12/2016
Relator : Dr. Antonio Roque Citadini
Instrução : UR-19 / DSF-II

Cadastro do Responsável e período de gestão no arquivo DOC 01 - fls. 1/3.

Senhor Diretor da Unidade Regional de Mogi Guaçu - UR-19,

Trata-se das contas apresentadas em face do artigo 2º, II, da Lei Complementar n° 709, de 1993.

No exercício em exame as presentes contas foram objeto de acompanhamento quadrimestral, conforme relatórios constantes do eventos n°. 21 e 61.

Nos relatórios de acompanhamento foram apresentados os itens selecionados pela relevância, histórico, materialidade e outros fatores que determinaram sua inclusão no período analisado.

Esses relatórios de acompanhamentos foram submetidos ao Exmo. Senhor Conselheiro Relator e após, encaminhados ao Senhor Prefeito Municipal, responsável pelas contas em exame, para conhecimento dos apontamentos, sem a necessidade de apresentação de justificativas, mas de forma a contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Destacamos que foi efetuada fiscalização de natureza operacional neste município com vistas à análise do seu resultado

¹ Cadastro do Responsável e período de gestão no arquivo DOC 01 - fls. 1/3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



finalístico, cujos aspectos constam de item específico deste relatório.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste Relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
3. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS;
6. Indicadores finalísticos componentes do IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Luis Gustavo Antunes Stupp, responsável pelas contas em exame, bem como do Sr. Carlos Nelson Bueno, responsável pelas contas do exercício corrente (arquivo DOC 01 – fls. 4/5).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na análise da legislação local, verificamos o que segue:

| Verificações | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas? | Em partes |
| 2 | A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (LRF, art. 4º, I, "b") | Sim |
| 3 | A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? (LRF, art. 4º, I, "f") | Sim |
| 4 | A LOA autoriza abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%? | Não |
| 5 | A LOA decompõe-se até o elemento de despesa? (LF nº 4.320/64, art. 15) | Sim |
| 6 | Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (CF, art. 227, caput. LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d") | Sim |
| 7 | O Município editou o Plano de Saneamento Básico? (LF nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19) | Sim |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | | |
|----|--|-----------|
| 8 | O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? (LF nº 12.305/10, art. 18) | Sim |
| 9 | Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana? (LF nº 12.587/12, art. 24, § 3º) | Sim |
| 10 | Foi observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade vigentes? (LF nº 13.146/15º) | Em partes |

LDO (evento 21.03) e LOA (evento 21.04).

Item 1: Conforme já informado pela Fiscalização quando da Instrução referente ao 1º quadrimestre de 2016, o Executivo Municipal fixou diversas metas e indicadores na unidade de medida 'percentagem'. Ocorre que, percentagem é uma unidade de comparação. Citamos os seguintes exemplos (evento 21.05):

Programa 0305: Gerência de Comunicação, fixa o seguinte indicador. Divulgação de obras e atos da administração: 25%. Se não há a informação, ainda que estimada, do total de obras e atos passíveis de publicação torna-se impossível quantificar a meta e custos decorrentes.

Programa 0329: Captação/Busca de recursos junto aos entes federados e bancos de fomento. O único indicador é 'atender a demanda', com o índice de 25%. - Não é possível aferir a quantidade de projetos que a Prefeitura pretende implantar, nem a quantidade e montante de eventuais financiamentos.

Programa 378: Órgão articulador, mobilizador e canalizador de receitas em prol da comunidade. O único indicador é 'Apoio nos programas proj. e cursos p/ comunidade. - Não é possível aferir quantos projetos ou cursos se deseja realizar, nem a quantidade de munícipes envolvidos.

Observamos que esta pratica vem sendo objeto de apontamentos nos relatórios de exercícios anteriores², e mesmo assim o município insiste em realizá-la.

Item 2: Capítulo VI da LDO - art. 7º - (evento 21.03 - fl.03).

Item 3: Capítulo XI da LDO - arts. 14 a 18 - (evento 21.03 - fls. 06/08).

Item 4: Artigo 5º, inciso I da LOA (evento 21.04 - fl. 03).

Item 6: Há dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente. Vide evento 21.06.

Item 7: Lei Complementar Municipal nº 286 de 15/07/2014. Plano no arquivo DOC 02 (3 parte).

² TC-2002/026/13 (2013); TC-475/026/14 (2014); TC-2567/026/15 (2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Item 8: De acordo com a declaração constante no arquivo DOC 03 – fl. 1, em relação ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, há capítulos específicos no Plano Municipal de Saneamento Básico abordando essa matéria. A nosso ver, o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos tratado nos capítulos 7, 10, 13, 16, 20 e 23 do Plano Municipal de Saneamento Básico (DOC 02) insere o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no mesmo.

De qualquer maneira, entendemos que o referido plano não atendeu, em sua totalidade, o conteúdo mínimo exigido no art. 19 da Lei Federal nº 12.305/2010.

Item 9: Conforme declaração da Origem no arquivo DOC 03 – fl. 2, o Plano de Mobilidade Urbana foi finalizado. Esta Fiscalização ratifica a existência do mencionado Plano. Quanto à transformação do Plano em Lei, ressaltamos que, apesar de recomendada pelo Ministério das Cidades, a edição de lei não é obrigatória (acesso em 21.06.2017):

“A instituição do Plano de Mobilidade Urbana sob a forma de lei, ainda que não obrigatória, é recomendada para que a Administração Municipal e a Câmara de Vereadores legitimem a sua construção e resultados. Sugere-se mobilizar esforços para a aprovação integral do projeto, por ser produto de um longo processo técnico e participativo. A aprovação da lei é uma garantia da permanência do Plano, sem estar submetido às descontinuidades das sucessões políticas, respeitando a vontade de todos os que participaram da sua construção.” (Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade in <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf> “

Item 10: A Origem declara que alguns imóveis onde se encontram os prédios públicos ainda não atendem à “ABNT NBR 9050”, que trata da acessibilidade a edificações, em sua íntegra (arquivo DOC 03 – fl. 2).

Da dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente (R\$ 1.152.790,50), constatamos que foi empenhado e liquidado 90,03% (R\$ 1.037.909,77). Tudo conforme DOC 03 – fls. 03/07.

A.2. CONTROLE INTERNO

| Verificações | | |
|--------------|--|-------------|
| 1 | O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (CF, art.31) | Sim |
| 2 | O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal? | Não |
| 3 | O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos? (CF, art.74) | Não |
| 4 | Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis? | Prejudicado |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Conforme declarado pela Origem (evento 21.9 - fl. 1), o Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Complementar nº 278 de 27 de dezembro de 2013 e alterações posteriores (DOC 04 - fls. 1/15).

A partir do mês de março de 2015, o Controle Interno passou a ser exercido pela funcionária Mara Cristina Zaniboni Vitória - Contadora concursada (DOC 04 - fls. 16). No entanto, no exercício de 2016, a referida servidora ficou afastada do trabalho (licença maternidade e férias) no período de 05/04/2016 a 01/11/2016, não havendo portaria de substituição. Possivelmente em razão disso, não houve confecção de relatórios por parte do Controle Interno no exercício em análise. Tudo conforme declarações da Origem no arquivo DOC 04 - fls. 17/19, que foram assinadas, inclusive, pela Sra. Mara Cristina, que exercia a função gratificada de Controlador Interno em 2016.

Em suma, entendemos que não houve controle interno efetivamente exercendo as atribuições que lhe são atinentes no exercício de 2016, não havendo demonstração de interesse, por parte da Administração, em fazer o sistema de controle interno funcionar, visto que nem mesmo se preocupou em substituir a servidora afastada da função durante o exercício de 2016.

Ademais, entendemos que a forma como o Controle Interno está estruturado na Prefeitura de Mogi Mirim (função gratificada de controlador interno, exercida por servidor efetivo - DOC 04 - fls. 11 e 15) não traz a essencial independência à função, visto que a mesma pode ser retirada do servidor e ofertada a outro conforme a vontade do gestor do paço municipal, além de desatender ao Manual Básico de Controle Interno de 2016 deste E. Tribunal (DOC 04 - fls. 20/23) conforme trecho transcrito abaixo, visto que inexistente o cargo específico de controlador interno a ser preenchido por concurso público específico:

“De seu turno, em Prefeituras de municípios de porte médio a grande, o cargo de controlador interno poderia ser criado por lei específica e ser provido mediante específico concurso público, todavia, até que se mensure a necessidade e a quantidade ideal da estrutura do órgão de controle interno, é recomendável que a atividade seja exercida ou designada por servidor efetivo, em face das garantias mínimas que são inerentes a esse tipo de servidor.”

A.3. ACOMPANHAMENTO DO ENSINO 2016 - FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO - CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A.3.1- Objetivo, Escopo e Critérios da fiscalização:

A presente fiscalização de natureza operacional objetivou tratar de um aspecto fundamental do Ensino nas escolas públicas: a disponibilidade de uma série de instalações e recursos pedagógicos (incluindo capacitação/formação continuada de professores, coordenadores e diretores) essenciais ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem.

A fiscalização concentrou-se nas seguintes condições:

A.3.1.1- Com relação às condições das instalações físicas e a disponibilidade de recursos pedagógicos nas escolas das redes municipais de ensino, verificamos os seguintes itens:

A.3.1.1.1- Recursos pedagógicos e de apoio à atividade docente. O Conselho Nacional de Educação, no Parecer CEB/CNE nº 09/2009, objetivando definir “padrões mínimos de qualidade, abaixo dos quais, afinal, se estaria ferindo o direito à aprendizagem adequada dos alunos” (p.16), estabeleceu uma série de recursos pedagógicos e de apoio à atividade docente, indispensáveis à eficácia do ensino oferecido nas escolas públicas. A disponibilidade desses recursos permite aos professores a ampliação das possibilidades de desenvolvimento de planos de aula e de construção de projetos pedagógicos coletivos, de sorte a tornar os processos de ensino-aprendizagem mais estimulantes e atrativos aos estudantes. O emprego, por exemplo, de recursos visuais, como a exibição de filmes e a projeção de fotografias; a exploração das ilimitadas possibilidades abertas pela internet; e a pesquisa aos volumes de um vasto acervo bibliográfico, entre outros, encerram alternativas importantes às tradicionais aulas expositivas. Por essa razão, é importante que a capacidade dos professores de conceber atividades criativas e envolventes não seja embaraçada pela ausência, insuficiência ou precariedade dos recursos pedagógicos e de apoio existentes nas escolas.

O quadro abaixo indica a quantidade mínima dos principais recursos que qualquer escola do Ciclo I do Ensino Fundamental deve dispor, segundo o colegiado:

| Descrição | Qtd. |
|----------------------------|------|
| Instalações | |
| Sala de professores | 1 |
| Sala de leitura/biblioteca | 1 |
| Laboratório de informática | 1 |
| Laboratório de ciências | 1 |
| Quadra coberta | 1 |
| Refeitório para os alunos | 1 |
| Sala de TV/DVD | 1 |
| Parque infantil | 1 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--|------|
| Banheiros para os alunos | 4 |
| Coleções e materiais bibliográficos | |
| Enciclopédias | 1 |
| Dicionário Houaiss ou Aurélio | 2 |
| Outros dicionários | 25 |
| Literatura infantil | 4000 |
| Literatura infanto-juvenil | 4000 |
| Paradidáticos | 400 |
| Material complementar de apoio pedagógico | 160 |
| Equipamentos para áudio, vídeo e foto | |
| Retroprojektor | 1 |
| Tela para projeção | 1 |
| Televisor | 10 |
| Suporte para TV e DVD | 10 |
| Aparelho de DVD | 10 |
| Máquina fotográfica | 1 |
| Aparelho de CD e rádio | 10 |
| Processamento de Dados | |
| Computador para sala de informática | 25 |
| Computador para administração/docentes | 6 |
| Impressora | 2 |
| Fotocopiadora | 1 |
| Guilhotina de papel | 1 |

Fonte: CNE-CEB nº 08/2010

Como as definições encartadas no Parecer se referem a escolas de 480 alunos, optamos por calcular as quantidades "ideais" para as unidades selecionadas pela fiscalização mediante a aplicação de regra de três simples, tendo em vista que o número de alunos nelas matriculados dificilmente coincidirá com padrão de referência adotado pelo Conselho Nacional de Educação. Evidentemente, não é possível afirmar que para uma escola de 432 estudantes, por exemplo, seja necessário um acervo de livros de literatura infanto-juvenil de 3.600 volumes; isto é, um estabelecimento com 90% do total de estudantes considerados no Parecer CNE/CEB nº 08/2010 não requer, necessariamente, 90% da quantidade de cada um dos itens inseridos no quadro acima. A proporção entre o total de usuários e o volume de recursos necessários provavelmente não encerra uma relação dessa natureza, ao menos para parte dos itens considerados. No entanto, as impropriedades da operação, s.m.j., não invalidam as análises propostas neste tópico, visto que seu objetivo primordial não é estabelecer um padrão exato para cada unidade em particular, mas efetuar uma aproximação em relação à adequação das instalações e dos recursos materiais à disposição das comunidades escolares.

A.3.1.1.2- Quantidade de alunos matriculados por turma. Para o colegiado, o número de alunos matriculados em uma mesma turma do Ciclo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



I do Ensino Fundamental não pode exceder a 24, sem prejuízos para a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. De fato, a garantia da atenção individualizada a que fazem jus todos os alunos cuja aprendizagem desenvolve-se em ritmos diferentes dos seguidos pelos demais, torna-se progressivamente menos provável na medida em que mais estudantes são integrados à mesma turma.

A.3.1.1.3. A relação aluno/área da sala de aula. Além de um limite para o número de indivíduos matriculados em uma mesma turma, as condições ideais para o desenvolvimento das situações de aprendizagem envolvem, ainda, a observância de uma área mínima para as salas de aula, objetivando garantir condições fundamentais de conforto ambiental para estudantes e professores, à luz da natureza das interações que estabelecem entre si durante o processo educativo. Segundo o Conselho, as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não podem ser instaladas em salas que não garantam uma área mínima de 1,875 m² por aluno.

A.3.1.2- A garantia de oportunidades de formação continuada e desenvolvimento profissional para os professores e demais membros da equipe de gestão escolar (diretor, vice-diretor e coordenadores pedagógicos). Estas oportunidades podem ser subdivididas em duas categorias distintas, embora complementares:

A.3.1.2.1- A formação realizada nas próprias escolas, durante a fração da jornada de trabalho dos professores dedicada a atividades extraclasse. Conforme exigência estabelecida no art. 2º, § 4º, da Lei Federal 11.738, de 16 de julho de 2008, no máximo dois terços da jornada devem ser cumpridos diretamente com os alunos, na condução de dinâmicas de ensino-aprendizagem. As horas restantes são reservadas ao desenvolvimento de atividades individuais de preparação de aulas, correção de provas, etc., e à realização de trabalhos coletivos com os demais docentes e membros da equipe de gestão escolar (diretor, vice-diretor e coordenadores pedagógicos, além de, eventualmente, outros agentes, como supervisores de ensino e pais de alunos). As atividades coletivas, na medida em que viabilizam discussões acerca da proposta pedagógica da escola e sobre os desafios didáticos enfrentados pela comunidade escolar, são oportunidades privilegiadas de aperfeiçoamento profissional dos docentes envolvidos.

A.3.1.2.2 - A oferta de eventos de formação continuada, como cursos de curta duração, bolsas de estudos, videoconferências, orientações técnicas, etc., nas dependências da própria escola ou nas de outras instituições. Como essas oportunidades dificilmente disponibilizam vagas para todos, os professores selecionados são normalmente encarregados de disseminar os conteúdos assimilados aos demais docentes de sua escola, o que ocorre, em geral, durante as horas de trabalho pedagógico coletivo. Estes encontros também podem ser reservados para a discussão das necessidades específicas de formação e aperfeiçoamento profissional dos membros do corpo docente, as quais, uma vez transmitidas aos órgãos formuladores de políticas públicas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



secretaria, podem orientar a definição dos temas dos eventos oferecidos. Por isso, é possível afirmar que as duas modalidades são complementares, já que os efeitos de uma são multiplicados quando refletem no desenvolvimento da outra.

A.3.2- Metodologia

As informações necessárias às análises propostas na presente fiscalização foram recolhidas mediante:

- a) Questionário eletrônico estruturado respondido pelos professores que atuam no Ciclo I do Ensino Fundamental das escolas selecionadas;
- b) Questionário eletrônico estruturado respondido pelos diretores das unidades escolares selecionadas;
- c) Questionário eletrônico estruturado respondido pela Secretaria de Educação do Município selecionado;
- d) Inspeção, por amostragem, às instalações físicas das escolas selecionadas;

Após reuni-los todos, os dados foram submetidos a análises críticas - que visaram à identificação de inconsistências e/ou incongruências nas respostas fornecidas por escolas e Secretaria - e, posteriormente, consolidados em tabelas e quadros resumidos, destinados a facilitar sua apresentação e a elaboração das conclusões da fiscalização.

Cabe-nos, por fim, tecer alguns esclarecimentos adicionais acerca dos procedimentos utilizados para a realização da pesquisa.

A partir deste exercício, a presente fiscalização de natureza operacional das redes públicas municipais de Ensino do Ciclo I do Fundamental, foi estruturada com base no Sistema APG (Acompanhamento de Programas Governamentais), idealizado para ampliar o alcance espacial da fiscalização assim como agilizar e garantir maior fidedignidade à consolidação das informações. Entretanto, no acompanhamento de 2016, em razão das dificuldades inerentes à adaptação dos atores envolvidos às especificidades do Sistema, fez-se necessário ampliar o recorte temporal de análise dos dados. Portanto, embora validadas conjuntamente, parte das informações coletadas refere-se ao ano letivo de 2015 e o restante, de 2016.

Além disso, os servidores da UR-19 contataram os respondentes das unidades sob sua jurisdição para esclarecê-los sobre a necessidade e a importância de sua participação, além de transmitir-lhes outras orientações acerca das informações solicitadas e/ou sobre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



a própria fiscalização, de maneira geral. Posteriormente, realizou-se a inspeção, por amostragem, às instalações físicas das escolas selecionadas.

A.3.2.1- Seleção das Escolas

Conforme informado pela Secretaria de Educação, a Prefeitura de Mogi Mirim conta com 16 escolas atendendo 4607 alunos matriculados no ciclo I do ensino fundamental no ano de 2016.

Tendo em vista a impossibilidade operacional de abarcar todas as unidades da rede municipal de ensino, elaboramos uma amostragem com base nos seguintes critérios:

- 1) Escolas com menores IDEBs disponibilizados pelo Ministério da Educação;
- 2) Escolas com maiores contingentes de alunos e docentes, para viabilizar um retorno quantitativo e qualitativo dos questionários aplicados aos professores;
- 3) Localização geográfica;
- 4) Denúncias e apontamentos em relatórios de contas de exercícios anteriores.

Dessa forma, foram selecionadas, para a aplicação dos questionários eletrônicos estruturados aos professores e diretores, as unidades indicadas abaixo:

| Escolas selecionadas para a fiscalização | | | |
|---|--|---|---------------|
| Escola | Número de professores cadastrados para responderem à pesquisa (Ciclo I) | Número de professores que participaram da pesquisa | |
| EMEB Professor Nelson Neves de Souza | 26 | 11 | 42,31% |
| EMEB Professor Jorge Bertolaso Stella | 9 | 9 | 100% |
| EMEB Professor Alfredo Bergamo | 1 | 1 | 100% |
| EMEB Bráulio José Valentim | 17 | 9 | 52,94% |
| Total | 53 | 30 | 56,60% |

Quanto às inspeções efetuadas pela equipe de Fiscalização, o trabalho foi realizado em um número menor de estabelecimentos, em razão dos esforços que envolvem a logística de deslocamentos, exigidos pela atividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



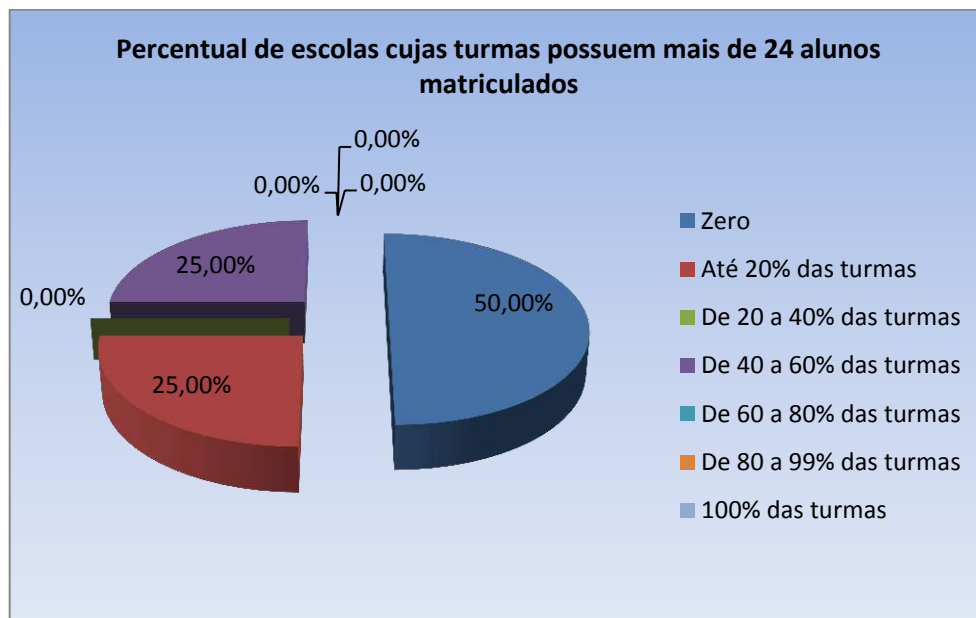
Além da validação das informações apresentadas nos formulários eletrônicos, foram avaliadas as condições de conservação e utilização dos espaços empregados em atividades de ensino, aprendizagem, recreação e demais áreas de circulação de alunos e profissionais vinculados às escolas.

A relação das unidades visitadas encontra-se indicada no quadro abaixo (evento 61.11):

| Escola | Diretor | Data da Fiscalização |
|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|
| EMEB Professor Nelson Neves de Souza | Valéria Rodrigues de Souza e Silva | 08/11/2016 |
| EMEB Professor Jorge Bertolaso Stella | Juliana Ormastroni de Carvalho Santos | 09/11/2016 |
| EMEB Professor Alfredo Bergamo | Mara Fernanda Alves Ortiz | 07/11/2016 |
| EMEB Braulio José Valentim | Maria Eliza Goulart | 10/11/2016 |

A.3.3- Apresentação dos resultados

A.3.3.1 - Alunos Matriculados por Turma



- Há mais de **24** alunos por turma em 50% das escolas, sendo que em uma escola o percentual de turmas nesta condição é inferior a 20% e na outra escola é entre 40 e 60% das turmas.

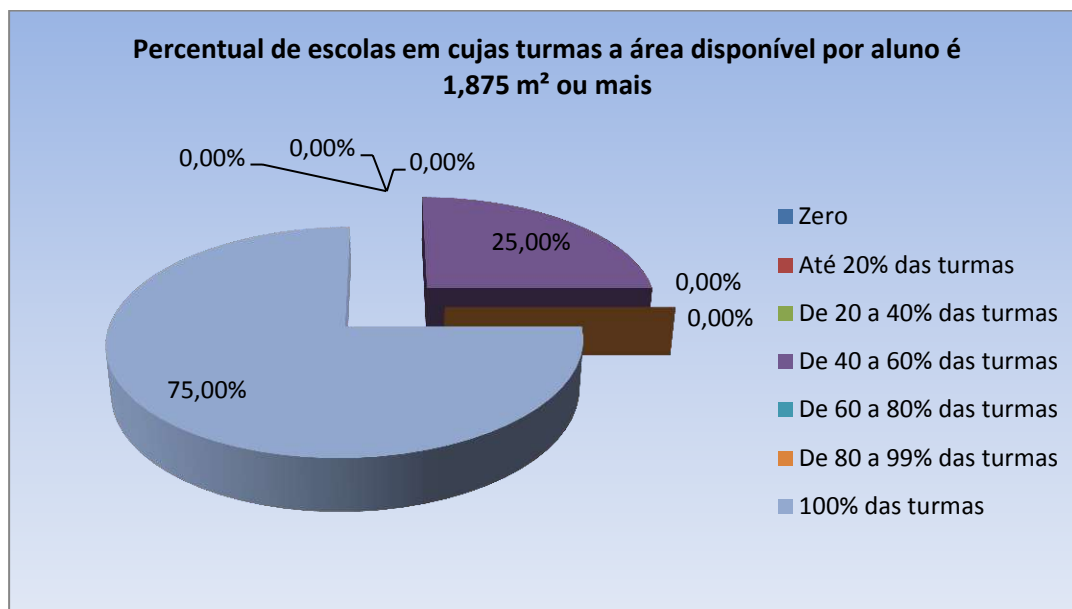
Estas quantidades superam o recomendado pelo CNE (até 24 alunos por turma).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



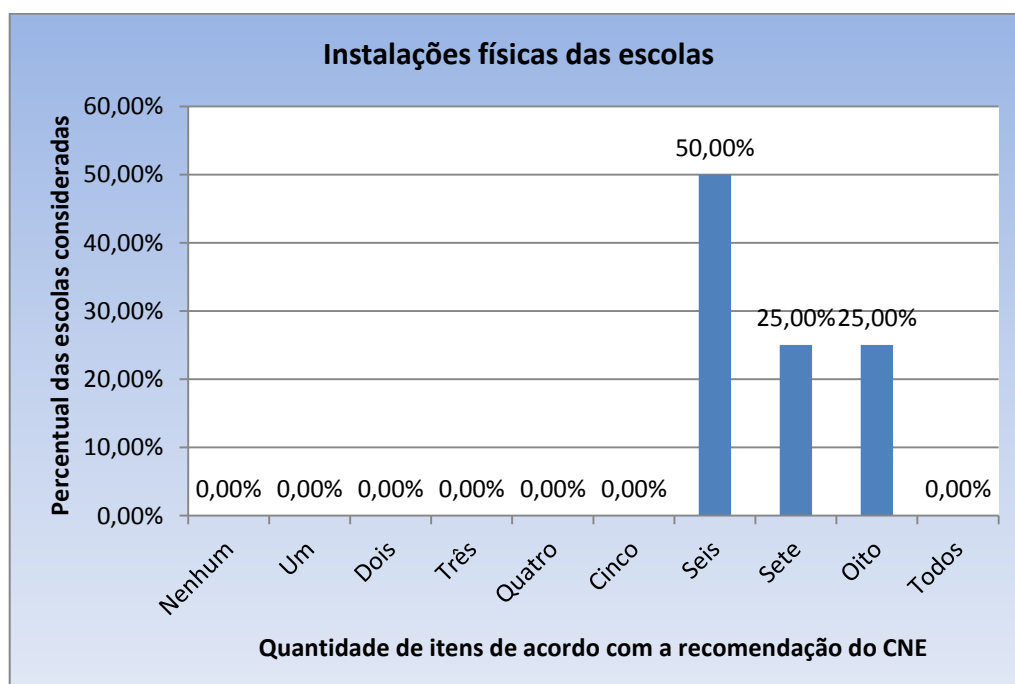
A.3.3.2 – Área disponível por aluno



- **25,00%** das escolas possuem turmas onde a área disponível por aluno é inferior a 1,875m² por aluno, sendo que 40 a 60% das turmas se encontram nessa condição.

O recomendado pelo CNE seria uma área mínima de 1,875 m² por aluno.

A.3.3.3 – Instalações e Recursos Pedagógicos

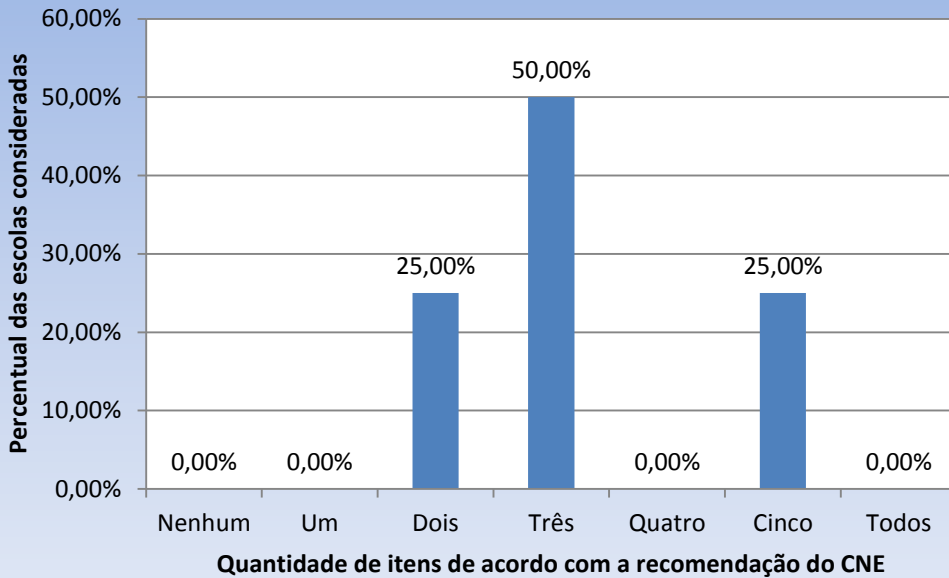




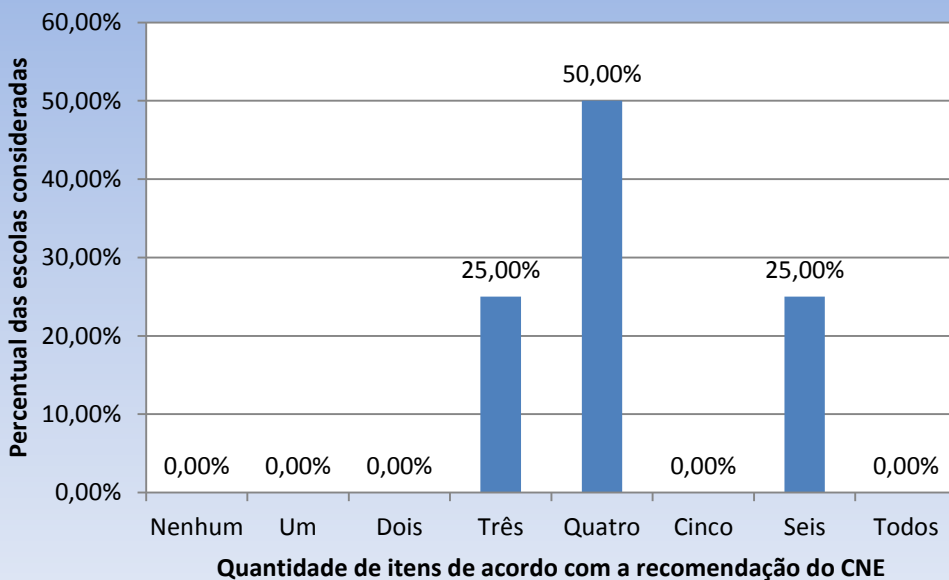
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Coleções e materiais bibliográficos

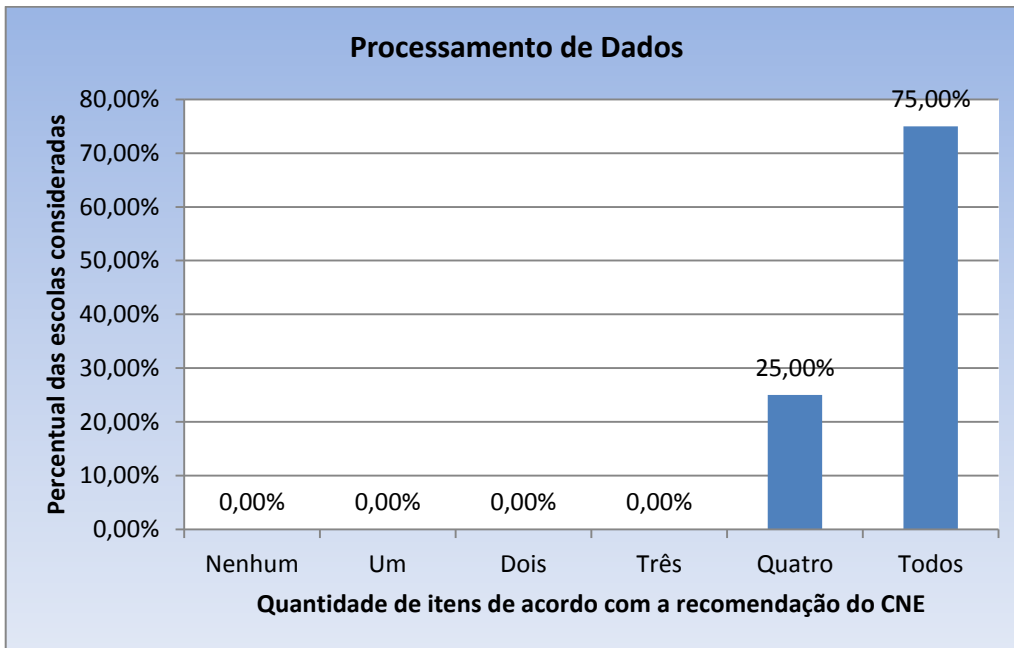


Equipamentos para áudio, vídeo e foto





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Conforme análise do gráfico, verificamos que:

- Quanto às Instalações Físicas, **nenhuma** das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 6 dos 9 itens.
- Quanto a Coleções e Materiais Bibliográficos, **nenhuma** das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 3 dos 6 itens.
- Quanto aos Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, **nenhuma** das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 4 dos 7 itens.
- Quanto ao Processamento de Dados, 25% das escolas não atenderam plenamente às recomendações do CNE, tendo atendido 4 dos 5 itens.

A.3.3.4 – Oportunidades de Formação Continuada

Constatamos que, a maioria dos profissionais declarou não ter participado ou ter participado de um único curso de formação continuada (conforme modalidades elencadas), durante o exercício de 2015:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



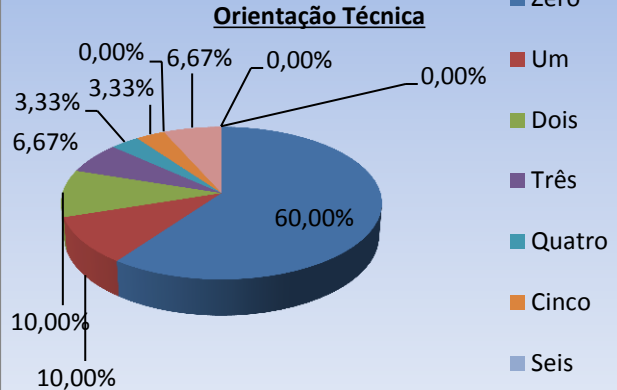
07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Videoconferência



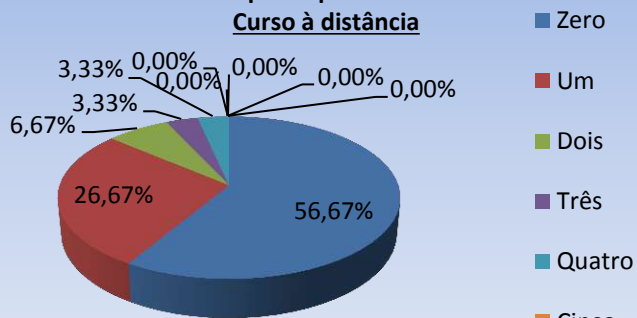
07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Orientação Técnica



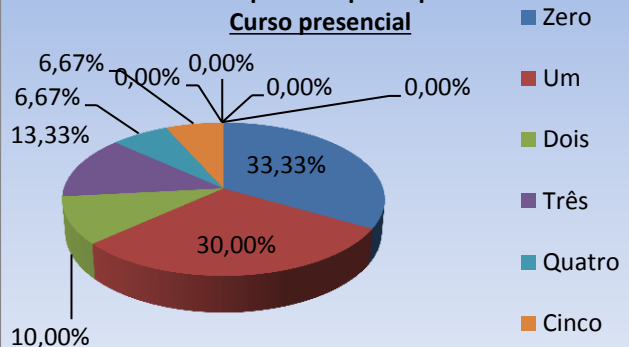
07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Curso à distância



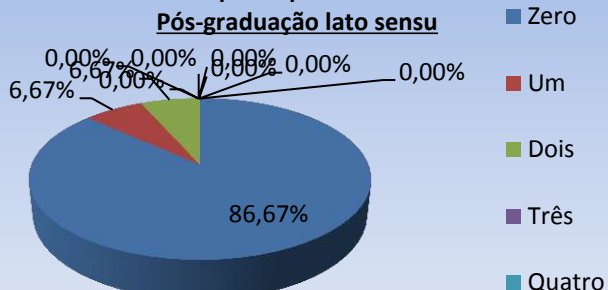
07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Curso presencial



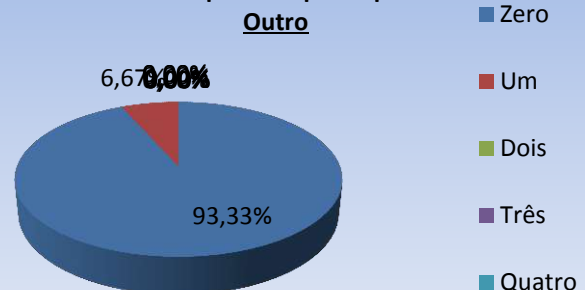
07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Pós-graduação lato sensu



07- Assinale nos quadros abaixo a quantidade de eventos de formação continuada de que você participou em 2015

Outro



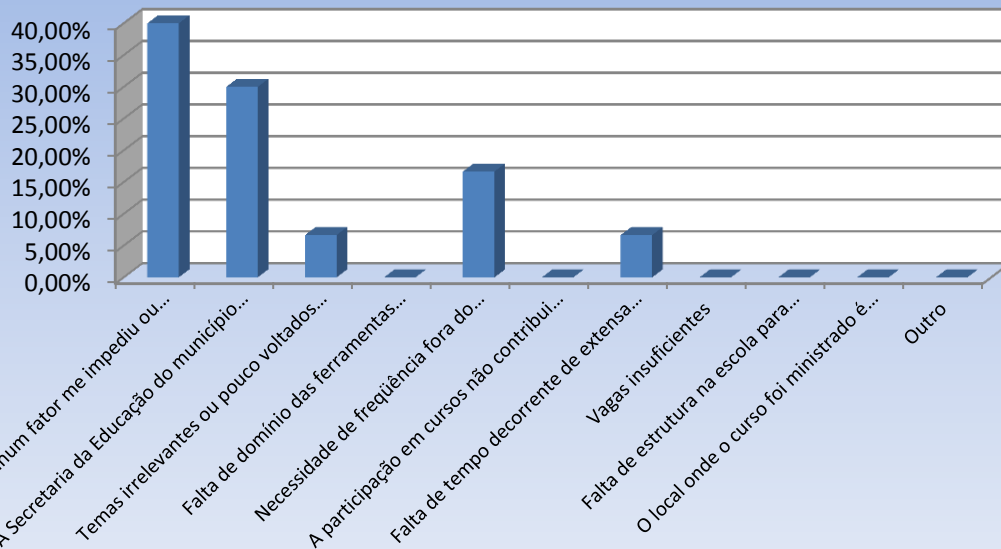
A baixa capacitação continuada do corpo docente se justifica, em parte, devido ao fato da Prefeitura não vir investindo na capacitação do seu corpo docente, conforme planilha:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



08 - Quais fatores impediram ou dificultaram sua participação em mais cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria?



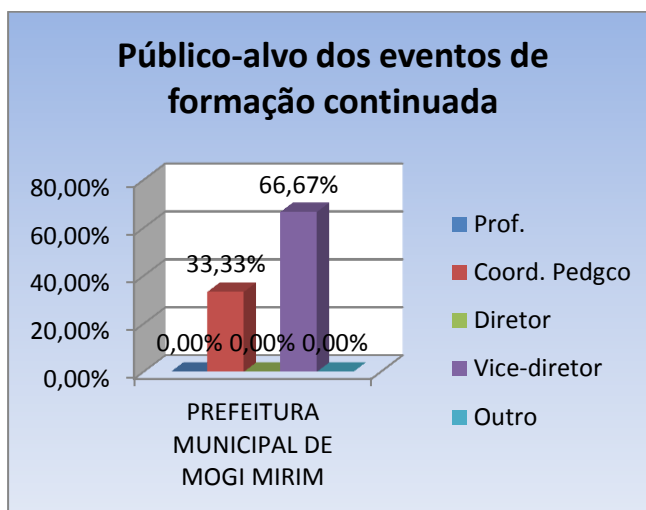
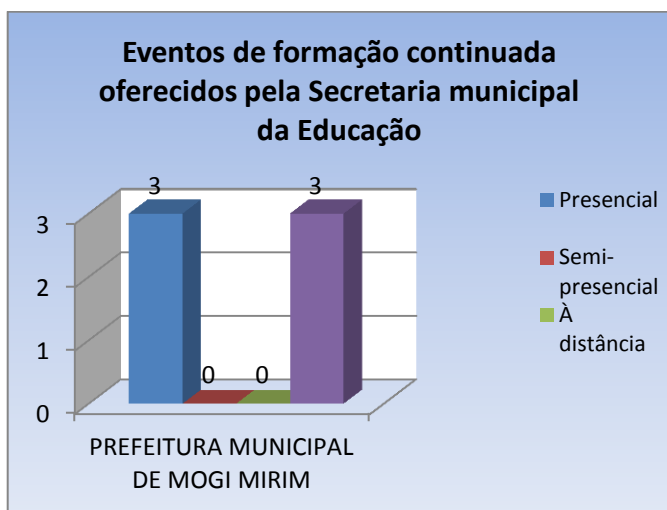
Para visualização completa da legenda utilizada no quadro acima, juntamos o quadro abaixo:

| | |
|--|--------|
| Nenhum fator me impediu ou desmotivou | 40,00% |
| A Secretaria da Educação do município não ofereceu nenhum evento de formação continuada no período considerado | 30,00% |
| Temas irrelevantes ou pouco voltados à prática docente | 6,67% |
| Falta de domínio das ferramentas tecnológicas necessárias para aproveitar as oportunidades | 0,00% |
| Necessidade de frequência fora do horário de trabalho | 16,67% |
| A participação em cursos não contribui para a progressão na carreira(plano de carreira) | 0,00% |
| Falta de tempo decorrente de extensa jornada de trabalho | 6,67% |
| Vagas insuficientes | 0,00% |
| Falta de estrutura na escola para acompanhar o curso | 0,00% |
| O local onde o curso foi ministrado é excessivamente distante | 0,00% |
| Outro | 0,00% |

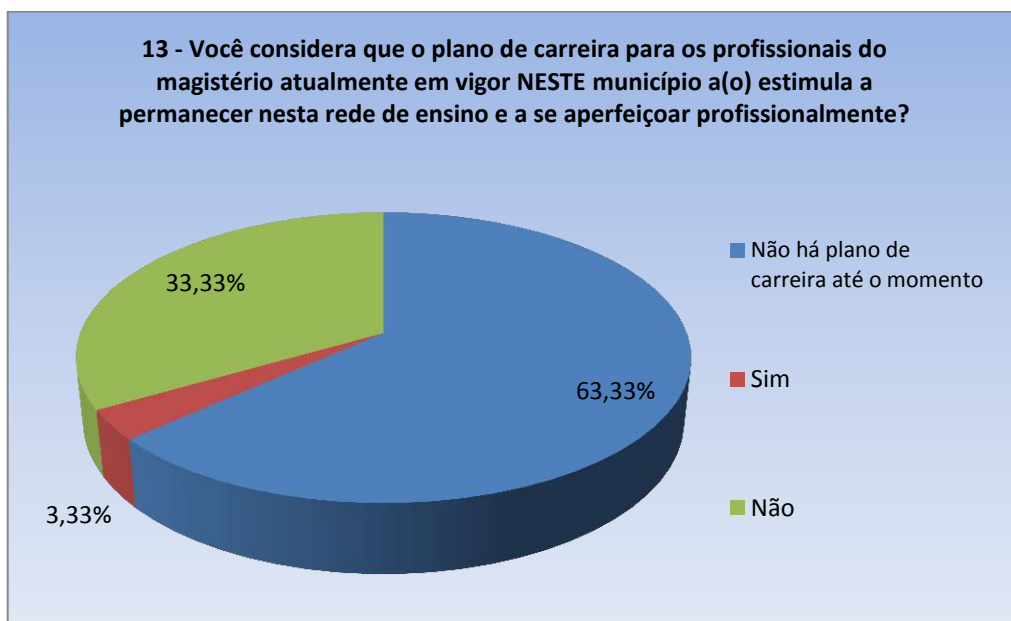
A própria secretaria municipal de educação informou que foram oferecidos apenas 3 (três) eventos de formação continuada no período, sendo 2 (dois) direcionados a vice-diretores e 1 (um) direcionado aos coordenadores pedagógicos, não tendo sido ofertado, portanto, nenhum aos professores da rede municipal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A.3.3.5 – Plano de Carreira



Conforme demonstrado no quadro acima, 33,33% dos professores consideram que o plano de carreira em vigor não estimula a permanência na rede de ensino e o aperfeiçoamento profissional. Além disso, 63,33% dos entrevistados nem consideram que seja realmente um plano de carreira.

Em suma, mais de 96% dos professores estão insatisfeitos com o plano de carreira do magistério municipal. Fica claro que o plano existente não atende aos anseios da categoria.

A.3.3.6- Visitas realizadas às Unidades Escolares



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A equipe de Fiscalização, como resultado das visitas realizadas às Unidades Escolares acima listadas, apresenta as seguintes situações que merecem destaque (dados de acordo com a manifestação da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre de 2016 no evento 61 destes autos, sendo que os termos de verificação confeccionados quando das visitas nas unidades escolares encontram-se no evento 61.11):

a) EMEB "Prof. Alfredo Bergamo"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- Não existem rampas na escola;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);



Fachada da escola



Guia de acesso ao portão escolar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Pavimentação na frente da escola.

Sala de leitura/Biblioteca:

- Não possui professor responsável;
- Possui goteiras e infiltrações;
- Número insuficiente de cadeiras para acomodar os alunos.



Foto da sala de leitura/
Biblioteca



Infiltração no teto da sala de Leitura/
Biblioteca

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável;
- Possui goteiras, rachaduras e infiltrações;
- Piso, cadeiras, teto e janelas danificados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Sala de informática



Piso danificado



Teto danificado



Janelas danificadas

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo:

- Possui goteiras e infiltrações;
- Lousa danificada em decorrência de goteiras;
- Sala sem identificação;
- Ventiladores não estavam funcionando;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Goteira localizada no centro da sala



Lousa danificada em decorrência de goteiras

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- A escola não possui sanitário com acessibilidade em condições de uso;
- Possui rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Alguns banheiros possuem janelas pequenas, outros se quer as tem.



Banheiro sem piso impermeável e antiderrapante.



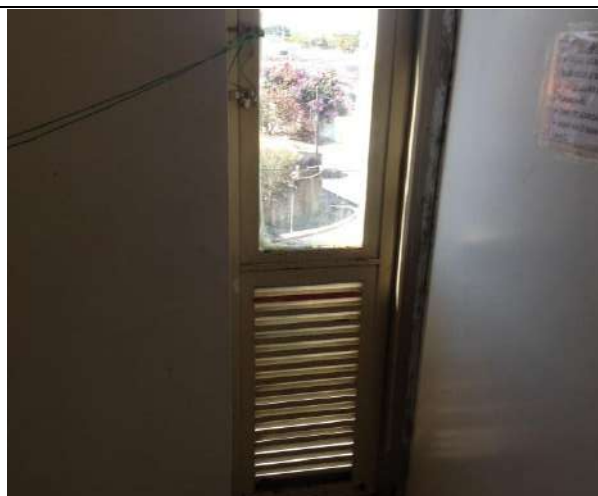
Vaso sanitário sem o respectivo assento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Infiltração nos banheiros



Janela pequena encontrada no banheiro.

Sala de aula:

- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Carteiras e lousas danificadas;
- Espaçamento considerável entre a janela e a grade protetor instalada do lado externo do prédio, podendo representar risco de queda dos alunos.



Sala de aula



Carteiras danificadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--|--|
|  |  |
| Infiltrações no teto das salas de aula. | Espaçamento entre a janela e a grade de proteção externa. |

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas, sem protetor de rodapé nas portas e sem liquidificador;
- Freezer com a borracha de vedação solta, o que pode implicar em consumo excessivo de eletricidade;
- Cozinha com rachaduras e infiltrações;
- Merendeiras sem luvas e calçados apropriados;
- A merenda fornecida na data da visita divergia daquela prevista no cardápio.

| | |
|---|--|
|  |  |
| Freezer com a borracha solta | Janelas sem a tela de proteção milimétrica. |

Quadra poliesportiva:

- Pintura das linhas demarcatórias necessitando de reparos;
- As tabelas de basquete não possuem aros;
- Rachaduras e buracos no piso;
- Goteiras e portão sem tela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Outras Instalações:

- Alambrado externo da escola danificado, facilitando o acesso de pessoas não autorizadas.
- Tampa do sistema de escoamento de água danificada do lado externo da quadra, passível de causar algum acidente;
- Goteiras nos corredores da escola.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|---|---|
| | |
| Alambrado danificado | Alambrado danificado |
| | |
| Tampa do Sistema de escoamento de chuva danificado. | Balde colocado no corredor da escola para conter goteira. |

b) EMEB "Prof. Nelson Neves de Souza"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- Não existem rampas na escola;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB) ;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Foto da fachada da escola

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável.
- Velocidade de apenas 1 MB para a utilização de toda a escola;

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo:

- A escola não possui uma sala específica para vídeo. As atividades são desenvolvidas na biblioteca e na sala de informática;



Biblioteca

Sala de informática

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- A escola não possui sanitário com acessibilidade em condições de uso;
- Possui rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Azulejos colocados até a metade da parede
- Batente em início de apodrecimento;
- Lavatório em altura inadequada.

| | |
|--------------------------------|--|
| | |
| Banheiro Feminino | Vasos sanitários sem os respectivos assentos |
| | |
| Lavatório em altura inadequada | Teto com marcas de infiltração |

Sala de aula:

- Carteiras necessitando de reparos;
- Alguns ventiladores não estavam funcionando.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Carteiras necessitando de reparos

Ventilador quebrado

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas e sem piso antiderrapante;
- Botijão de gás instalado dentro da cozinha;
- Merendeiras sem avental, luvas e sapatos antiderrapantes;
- Refeitório com rachaduras na parede e no telhado;
- Dispensa relativamente pequena para acomodar os mantimentos;



Cozinha

Botijão de gás dentro da cozinha



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--|--|
|  |  |
| Merendeiras sem os trajes adequados | Rachadura na parede do refeitório |

Quadra poliesportiva:

- Quadra descoberta com rachaduras no piso.

| | |
|--|--|
|  |  |
| Quadra poliesportiva | Rachadura no piso da quadra |

Outras Instalações:

- Escola sem identificação na sua fachada;
- Alameda próximo à quadra danificada, facilitando o acesso de pessoas não autorizadas;
- Telhado com rachaduras necessitando de reparos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



c) EMEB "Prof. Jorge Bertolaso Stella"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- As rampas existentes na escola não possuem piso tátil de alerta para avisar os deficientes visuais;
- Nem todas as rampas existentes na escola possuem corrimões de apoio nos dois lados;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);
- A escola possui apenas 1 (Um) extintor, o qual se encontra alocado em sua secretária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--|---|
| | |
| <p>Fachada da escola - Entrada ensino Infantil</p> | <p>Entrada do Ensino Infantil , sem calçada rebaixada.</p> |
| | |
| <p>Entrada Ensino Fundamental</p> | <p>Entrada Ensino Fundamental - Calçada rebaixada apenas de um lado da rua.</p> |

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável. O Bloco II da escola não possui conexão. Conexão de 01 MB para atender todo o Bloco I;
- Piso danificado;
- Datashow danificado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|----------------------------|---|
| | |
| Laboratório de informática | Piso danificado - laboratório de informática. |

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo: A escola não possui uma sala específica para vídeo. As atividades são desenvolvidas na própria sala de aula.

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- Portas dos banheiros e gabinetes danificadas;
- Cabine sanitária para uso de deficiente sem porta;
- Azulejos soltos nas paredes;
- A iluminação não estava funcionando;

| | |
|--|--|
| | |
| Porta do Banheiro Masculino - Ensino Fundamental | Banheiro Masculino do Ensino Fundamental |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|---|--|
|  |  |
| Azulejos soltos nas paredes; | Cabine sanitária para uso de deficiente sem porta. |

Sala de aula:

- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Portas e carteiras danificadas;
- Algumas salas de aulas estavam com lâmpadas queimadas em prejuízo da iluminação do ambiente e ao aprendizado dos alunos.

| | |
|---|--|
|  |  |
| Porta danificada da sala de aula | Infiltração e goteira dentro da sala de aula |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--------------------|-----------------------------------|
| | |
| Lâmpadas queimadas | Carteiras necessitando de reparos |

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas e sem protetor de rodapé nas portas;
- Cozinha sem piso antiderrapante;
- Cozinha da Educação Infantil (Bloco II) com infiltrações na dispensa;
- Merendeiras sem aventais, luvas e calçados apropriados;
- Mesas e cadeiras dos refeitórios necessitando de reparos.

| | |
|------------------------------|--|
| | |
| Cozinha Educação Fundamental | Parede da Cozinha Educação Fundamental |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|---|---|
| | |
| Cozinha educação Infantil (Bloco II) | Infiltração despensa Educação Infantil (Bloco II) |
| | |
| Mesas do refeitório da Educação Fundamental | Forro do refeitório infantil danificado. |

Quadra poliesportiva

- Não possui tabelas e aros de basquete;
- As linhas demarcatórias estão se apagando;
- Possui rachaduras no piso;
- Não possui cobertura;
- Arquibancada danificada;
- Não possui alambrados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Quadra poliesportiva

Outras Instalações:

- Boqueta da cozinha sustentada por uma vareta, representado risco de um possível acidente caso esta ceda.
- Escola necessitando de pintura, sobretudo no Bloco I de Educação Fundamental.



Boqueta escorada apenas com uma vareta

d) EMEB "Prof. Braulio José Valentim"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



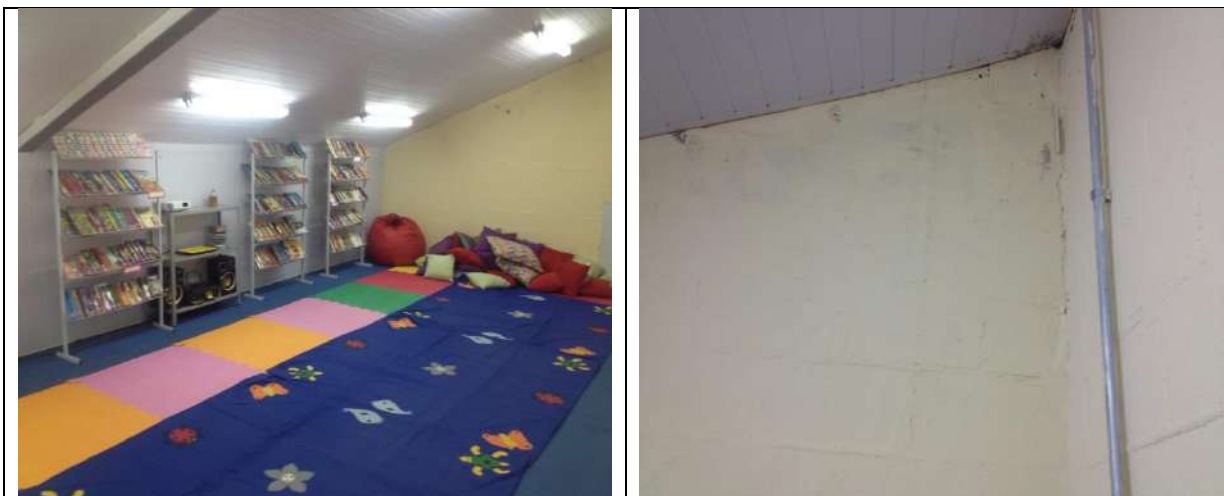
- Rampas sem piso tátil de alerta para deficientes visuais e sem corrimãos dos 2 lados;
- Não existe acesso por rampa, nem por elevador, ao piso superior da escola onde estão situadas a sala de leitura e a biblioteca;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);



Fachada da escola

Sala de leitura\sala de vídeo:

- Não possui professor responsável;
- Possui infiltrações;
- Não possui janelas.



Sala de leitura\sala de vídeo

Infiltração

Biblioteca:



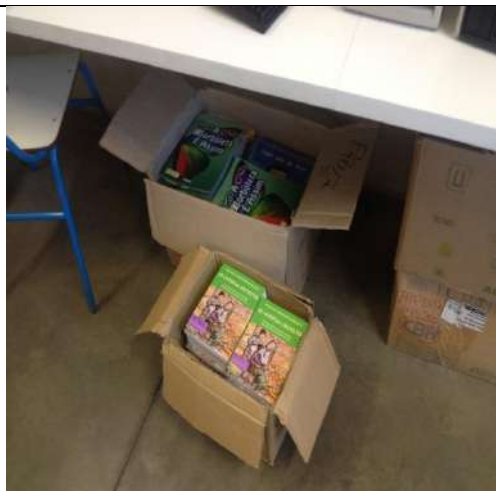

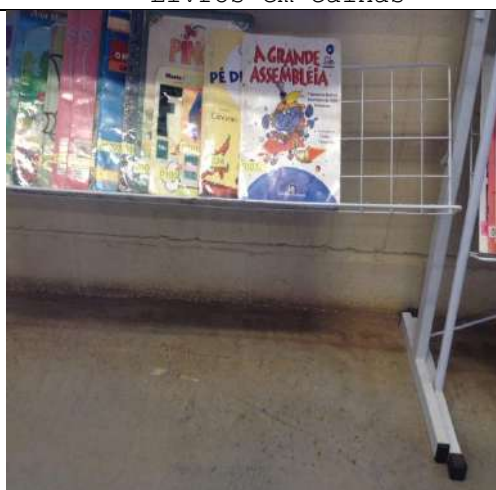
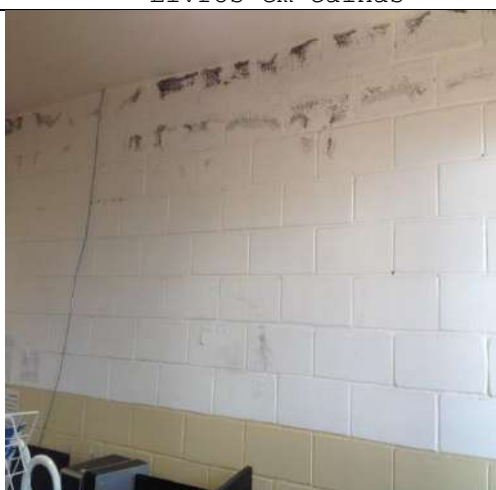
- Não possui professor responsável;
- As estantes não são suficientes para acomodar os livros, razão pela qual existem livros acomodados em caixas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- Possui rachaduras e infiltrações.

| | |
|---|--|
|  |  |
| Biblioteca | Biblioteca |
|  |  |
| Livros em caixas | Livros em caixas |
|  |  |
| Rachaduras | Infiltrações |

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável;
- Possui rachaduras na parede;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- O número de computadores em funcionamento não é compatível com o número de alunos matriculados por turma. As aulas são realizadas com mais de 2 alunos por computador.



Rachadura sob a porta de entrada

Rachadura sob a porta de entrada

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- Porta das cabines sanitárias danificadas;
- Possui infiltrações e goteiras;
- Banheiro com acessibilidade abarrotado de materiais.



Banheiro masculino

Porta danificada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|---|------------------------|
| | |
| Vaso sanitário sem o respectivo assento | Banheiro feminino |
| | |
| Vaso sanitário sem o respectivo assento | Banheiro de deficiente |

Sala de aula:


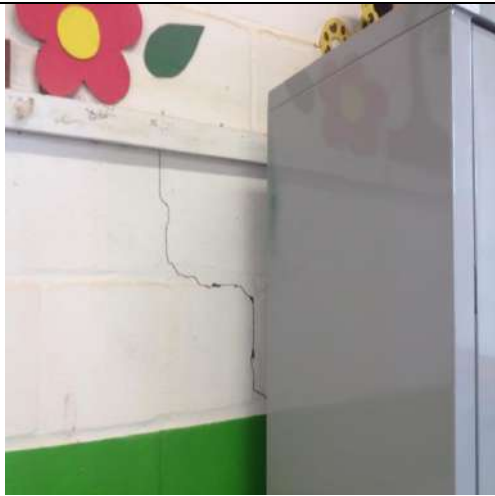

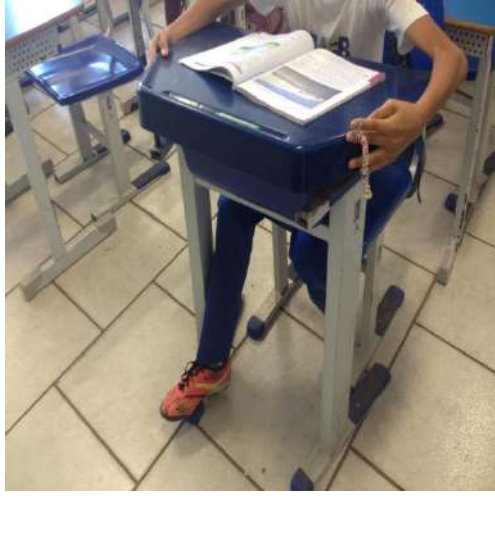
- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Carteiras necessitando de reparos;

| | |
|--|-------------|
| | |
| Balde utilizado dentro da sala de aula para conter a goteira | Infiltração |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|--|---|
|  |  |
| Infiltração | Rachadura dentro da sala de aula. |
|  |  |
| Rachadura sala de aula | Carteiras necessitando de reparos |

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinhas sem tela milimétrica nas janelas;
- Apenas uma cozinha possui protetor de porta rodapé;
- Cozinha sem piso antiderrapante;
- Merendeiras sem aventais, luvas e calçados apropriados;
- Cozinha com rachaduras e infiltrações;
- O cardápio do dia não estava fixado em local visível;
- A merenda fornecida no dia não era a mesma prevista no cardápio;
- Por amostragem foi detectado pacotes de fubás fora do prazo de validade. (Visita realizada dia 10/11/16);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- Teto do refeitório da Educação Infantil danificado causando goteiras;
- Mesas e cadeiras dos refeitórios necessitando de reparos.

| | |
|--|--|
| | |
| Cozinha da Educação Fundamental | Dispensa improvisada na cozinha da Educação Infantil |
| | |
| Teto danificado - Refeitório da Ed. Infantil | Produto vencido |
| | |
| Mesas do refeitório do ensino fundamental | |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Quadra poliesportiva: A escola não possui quadra poliesportiva. As atividades de educação física são realizadas em um espaço de chão batido ou no pátio da escola.

| | |
|--|---|
|  |  |
| Espaço utilizado para a prática de educação física. | Espaço utilizado para a prática de educação física. |

Outras Instalações:

- Rachaduras expressivas encontradas em diversas partes do prédio;
- Vão entre duas salas de aula, tapado apenas com uma placa de metal. Observamos que este vão vai desde a parte interna do prédio até a parte externa do prédio, representado possível acesso a insetos e roedores a escola;

| |
|--|
|  |
| Vão separando duas salas de aula |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A.3.4- Conclusões da fiscalização

Pontos relevantes constatados a partir das visitas e dos dados obtidos pela pesquisa:

- Há mais de 24 alunos por turma em 50% das escolas, sendo que em uma escola o percentual de turmas nesta condição é inferior a 20% e na outra escola é entre 40 e 60% das turmas;
- 25,00% das escolas possuem turmas onde a área disponível por aluno é inferior a 1,875m² por aluno, sendo que 40 a 60% das turmas se encontram nessa condição;
- Quanto às Instalações Físicas, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 6 dos 9 itens;
- Quanto a Coleções e Materiais Bibliográficos, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 3 dos 6 itens;
- Quanto aos Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 4 dos 7 itens;
- Quanto ao Processamento de Dados, 25% das escolas não atenderam plenamente às recomendações do CNE, tendo atendido 4 dos 5 itens;
- Baixa capacitação continuada do corpo docente municipal, se justificando, em parte, devido ao fato da Prefeitura não vir investindo na capacitação do seu corpo docente;
- Mais de 96% dos professores estão insatisfeitos com o plano de carreira do magistério municipal. Fica claro que o plano existente não atende aos anseios da categoria;
- As escolas verificadas apresentam problemas estruturais graves que, a nosso ver, prejudicam a qualidade do ensino e requerem reformas.

Portanto, a fiscalização operacional constatou a necessidade de introdução de melhorias nas condições de funcionamento das unidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental público do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Município de Mogi Mirim, seja pela inadequação das instalações físicas disponíveis, seja pela escassez de oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas aos professores da rede, cujo Plano de Carreira, além disso, não lhes assegura reconhecimento remuneratório pelo seu desenvolvimento profissional na rede municipal de ensino.

A.4. ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE 2016 – FISCALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DA DENGUE

A.4.1 – OBJETO, OBJETIVO e ESCOPO

O presente trabalho de fiscalização teve como objetivo avaliar o programa de controle da dengue sob responsabilidade sanitária da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim^{3 4}.

Um programa de controle da dengue normalmente envolve ações de vigilância epidemiológica, de acompanhamento e assistência a pacientes com dengue, de controle de vetores⁵, e de educação, comunicação e mobilização social.

Levando em conta a importância para redução da força de transmissão da doença, o escopo da fiscalização ficou adstrito ao controle vetorial, contudo sem explorar a totalidade de atribuições municipais.

Figura 1 – Componentes do Programa Municipal da Dengue e Escopo de Fiscalização

³ De acordo com a vigente Resolução CIT Nº 4, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), figura entre as responsabilidades sanitárias do município:

- Assumir a gestão e execução das ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito local, compreendendo as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas - (1.1.p do Anexo I);
- Elaborar a programação da atenção à saúde, incluída a assistência e vigilância em saúde, em conformidade com o plano municipal de saúde, no âmbito da Programação de Saúde pactuada nas Comissões Intergestores - (3.1.f do Anexo I);
- Monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde, realizadas em seu território, por intermédio de indicadores de desempenho, envolvendo aspectos epidemiológicos e operacionais (4.1.c do Anexo I).

⁴, Não constou município do Estado de São Paulo no Anexo III da Resolução CIT Nº 4, de 19 de julho de 2012, ou seja, a totalidade assumiu a gestão das ações de vigilância em saúde.

⁵ São mosquitos do gênero *Aedes*. A espécie *Ae. aegypti* é a mais importante na transmissão da doença e também pode ser transmissora da febre amarela urbana. O *Aedes albopictus*, já presente nas Américas, com ampla dispersão em todas as regiões do Brasil, é o vetor de manutenção da dengue na Ásia, mas, até o momento, não foi associado à transmissão da dengue nas Américas. (Ministério da Saúde, Guia de vigilância epidemiológica, 2009, Caderno 9, pág. 1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | |
|---|-------------------------------------|
| Programa Municipal de Controle da Dengue | Assistência |
| | Vigilância Epidemiológica |
| | Controle Vetorial |
| | Educação, Comunicação e Mobilização |

Do controle vetorial, as atribuições abrangidas foram de planejamento (metas e indicadores pactuados), estrutura (órgão intersetorial, quadro de pessoal, vestimentas e equipamentos, inclusive EPI⁶, necessários à rotina de controle vetorial), levantamento de indicadores entomológicos⁷ e execução de ações de controle mecânico⁸, químico⁹ e biológico¹⁰ do vetor.

E assim, não contemplou: (i) ações específicas de períodos epidêmicos, caracterizado por alta transmissão de dengue; (ii) a atuação da vigilância sanitária municipal como suporte ao controle vetorial; (iii) a integração das equipes de saúde da família nas atividades de controle vetorial; (iv) o envio e fidedignidade dos dados entomológicos do município para a SUCEN; (v) o gerenciamento dos estoques municipais de inseticidas e biolarvicidas¹¹; (vi) as atividades de monitoramento de resistência dos vetores ao uso de inseticidas; e (vii) a coleta e envio de amostras de sangue de quem manipula inseticidas e biolarvicidas a laboratório de referência, para dosagem de colinesterase.

⁶ Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são insumos necessários a segurança do trabalhador durante a aplicação de inseticidas. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 66)

⁷ A caracterização entomológica é o conjunto de informações relativas ao vetor, tais como sua distribuição geográfica, índices de infestação e depósitos predominantes. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 71)

⁸ Consiste na adoção de práticas capazes de impedir a procriação do *Aedes*, tendo como principais atividades a proteção, a destruição ou a destinação adequada de criadouros, que devem ser executadas sob a supervisão do ACE ou ACS, prioritariamente pelo próprio morador/proprietário. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 55)

⁹ Consiste no uso de substâncias químicas – inseticidas – para o controle do vetor nas fases larvária e adulta. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 58)

¹⁰ Controle com o uso de agentes biológicos. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 57)

¹¹ A aquisição de inseticidas para uso em saúde pública é de responsabilidade do Ministério da Saúde e está sustentada em uma política de gestão de insumos estratégicos, conforme determinação da Portaria MS/GM nº 1.378/2013. Segundo essa portaria, os Municípios poderão adquirir insumos estratégicos para uso em Vigilância em Saúde, em situações específicas, mediante pactuação na CIT entre as esferas governamentais, observada a normalização técnica e, em situações excepcionais, mediante a comunicação formal com justificativa à SVS/MS ou à Secretaria Estadual de Saúde.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A.4.2 - METODOLOGIA

O **planejamento** abarcou: (i) leitura da Resolução CIT¹² nº 4/2012 e 2/2016¹³, das Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue (MS¹⁴, 2009)¹⁵, do Programa de Vigilância e Controle da Dengue (SES/SP, 2010)¹⁶, do Plano de Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue do Estado de São Paulo 2014-2015¹⁷, e do Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2016 (MS, 2016)¹⁸; e (ii) consulta a sites do MS, SES¹⁹/SP, SES/MG, SES/PI, SUCEN²⁰/SES/SP, CVE²¹/SES/SP e IBGE²².

Na **execução**, a estratégia metodológica (método de investigação) congregou: (i) pesquisa documental baseada em questionário eletrônico estruturado respondido através do Sistema APG (Acompanhamento de Programas Governamentais)²³, e utilização de dados secundários (sites oficiais do MS, da SUCEN/SES/SP, do CVE/SES/SP e do IBGE); e (ii) visitas *in loco* à Vigilância em Saúde de Mogi Mirim, com oportuno registro fotográfico de veículos de apoio, inseticidas (adulticidas e larvicidas), nebulizador e pulverizador, EPIs, local para a manutenção, lavagem e guarda de nebulizador e pulverizador, laboratório e microscópio para apuração da densidade larvária.

Com o coletado através do Sistema APG, de sites oficiais e de visitas *in loco*, deu-se a realização dos seguintes procedimentos:

I. Verificar se o rol de indicadores relacionados à dengue (23 e 24) da Resolução CIT nº 2/2016 estava presente no Plano Municipal de Saúde 2014-2017 e no Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP) ou Sistema de Pactuação dos Indicadores (SISPACTO) de 2015 e 2016;

¹² Comissão Intergestores Tripartite (art. 14-A da Lei 8.080/90)

¹³ <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/agosto/29/DOU-de-29-08-16.pdf>

¹⁴ Ministério da Saúde

¹⁵ http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf

¹⁶ http://www.saude.sp.gov.br/resources/sucen/homepage/downloads/arquivos-dengue/programa_estadual.pdf?attach=true

¹⁷ http://www.saude.sp.gov.br/resources/ccd/materiais-de-comunicacao/dengue/plano_da_dengue_16_10__-formatacao.pdf

¹⁸ <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/SISPACTO/Caderno%20de%20indicadores2016.pdf>

¹⁹ Secretaria Estadual de Saúde

²⁰ Superintendência de Controle de Endemias

²¹ Centro de Vigilância Epidemiológica

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

²³ A partir deste exercício, a presente fiscalização de natureza operacional sobre os Programas Municipais de Controle da Dengue, foi estruturada com base no Sistema APG (Acompanhamento de Programas Governamentais), idealizado para ampliar o alcance espacial da fiscalização assim como agilizar e garantir maior fidedignidade à consolidação das informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



II. Verificar se as atividades rotineiras desenvolvidas pelo município guardam correspondência com a categoria “infestado”²⁴ ou “não infestado”²⁵ em que este se enquadra;

III. Verificar se houve a estruturação do Comitê Municipal de Combate à Dengue;

IV. Verificar se houve a elaboração do Plano Municipal de Contingência da Dengue;

V. Verificar a adequação da quantidade de Coordenador, Supervisor Geral, Supervisor de Área, Agente de Controle de Vetores/Agente de Combate a Endemias²⁶ ²⁷, Laboratorista²⁸, Profissional IEC²⁹, Microscópio, Nebulizador portátil e Pulverizador costal;

VI. Verificar a existência de EPI (máscara semi-facial, máscara facial completa, luva nitrílica, capacete de aba larga, óculos de segurança e avental impermeável, protetor auricular, calças e camisas de brim e calçados de segurança) no órgão/entidade responsável por controle vetorial;

VII. Verificar a existência de local específico para a manutenção, lavagem e guarda dos equipamentos para aplicação de inseticida no órgão/entidade responsável por controle vetorial;

VIII. Verificar se a taxa de rotatividade³⁰ por cargo é compatível com a taxa dos municípios da região de mesmo porte;

IX. Verificar se o município realiza pesquisa entomológica³¹ por meio de armadilhas³² e respectivo levantamento de índices, e/ou se realizam pesquisas larvárias³³;

²⁴ Com disseminação e manutenção do vetor nos domicílios. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue , 2009, p. 53)

²⁵ Em que não foi detectada a presença disseminada do vetor nos domicílios ou, nos municípios anteriormente infestados, que permanecerem 12 meses consecutivos sem a presença do vetor, de acordo com os resultados do levantamento de índice bimestral ou do monitoramento por intermédio de armadilha, conforme normas técnicas. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue , 2009, p. 53)

²⁶ Considerando os preceitos de responsabilização e vínculo estabelecidos pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) com sua área de atuação, o gestor pode e deve rever os parâmetros definidos para o Agente de Controle de Endemias, considerando como domicílios visitados aqueles que tiveram a presença do Agente Comunitário de Saúde (ACS), de acordo com sua realidade e organização dos serviços de saúde. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue , 2009, p. 54)

²⁷ Igual a Agente de Controle de Endemias. Profissional responsável pela execução das atividades de combate ao vetor realizadas nos imóveis. . (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue , 2009, p. 62)

²⁸ Municípios de 10.000 a 50.000 habitantes podem optar por possuir microscópios e laboratoristas ou executar as atividades laboratoriais com apoio do Estado. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue , 2009, p. 70)

²⁹ Informação, Educação e Comunicação (Programa de Vigilância e Controle da Dengue, 2010, p. 24)

³⁰ A alta rotatividade das equipes municipais foi evidenciada no Programa de Vigilância e Controle da Dengue do Estado de São Paulo (SES/SP, 2010, p. 38).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



X. Verificar se a proporção de imóveis visitados em, pelo menos, quatro Ciclos de 2015 e 2016 foi atingida conforme estipulado no COAP ou SISPACTO 2015 e 2016³⁴;

XI. Verificar se ocorreu visita domiciliar³⁵ bimestral em 100%, se o critério for o Programa Nacional de Controle da Dengue, ou 80%, se o critério for o Parâmetro Nacional para Referência, dos imóveis em município infestado³⁶;

XII. Comparar o número de imóveis trabalhados em relação ao número de casos confirmados, internações e/ou óbitos;

XIII. Avaliar a relação de recursos aplicados por imóvel existentes e/ou trabalhados.

Para realização desses procedimentos, consistiu em **limitação**, a necessidade de compatibilização das terminologias utilizadas pela SUCEN e pelo MS (entre as atividades de controle, por exemplo, tem-se nebulização, casa a casa, arrastão na SUCEN, enquanto no MS tem-se aplicação focal, espacial e residual), com impacto na triangulação - uso de diferentes métodos de pesquisa e/ou de coleta de dados para estudar a mesma questão, com o objetivo de fortalecer as conclusões finais.

A.4.3 - ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO

³¹ As metodologias de pesquisa podem empregar procedimentos de coleta de ovos, larvas, pupas e mosquitos adultos, sendo mais habitual a pesquisa larvária. A unidade amostral é o imóvel, visitado com o objetivo de inspecionar depósitos ou recipientes que contenham água. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 71)

³² De uma maneira geral, são utilizadas armadilhas para coleta de ovos (ovitrapa) e para coleta de larvas (larvitrapa), colocadas, estrategicamente, em localidades negativas ou com baixa infestação ou em áreas estratégicas, como portos e aeroportos, com a finalidade de monitorar a infestação. Não se recomenda a adição de produtos químicos as armadilhas. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 77)

³³ Inspeção de formas imaturas (larvas e pupas) em todos os depósitos do imóvel. Para vistoria do recipiente, utiliza-se o pesca-larva com o objetivo de coletar uma amostra de larvas e pupas do recipiente. Para facilitar a atividade e encontrar mais facilmente os imaturos de *Aedes aegypti*, utiliza-se uma fonte luminosa, que pode ser um espelho direcionado ao sol ou uma lanterna. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 71)

³⁴ A proporção é calculada pelo número de imóveis visitados em relação ao número de imóveis da área urbana do município, ou seja, aqueles localizados em áreas com características urbanizadas com a presença de vetor e potencial para circulação da doença. Aos municípios sem a presença do vetor não será exigida a realização de visitas domiciliares, não sendo considerados, consequentemente, nos cálculos para região e estado. (Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2016, 2016, p. 52/53)

³⁵ : Na vigilância entomológica e controle de vetores, a visita domiciliar, realizada pelo agente e pelo supervisor, é uma atividade fundamental para verificar a presença de criadouros, orientar os residentes sobre a eliminação dos mesmos e sobre medidas preventivas, identificação de foco e tratamento (biológico, químico, mecânico etc.). É utilizada também para realizar levantamento de índices de infestação. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 70)

³⁶ Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2016, 2016, p. 53



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Sopesado o fato de o município ser da categoria “infestado” (Estrato I), as análises, baseada nas evidências do arquivo DOC 05 e no Papel de Trabalho do evento 61.13, redundaram nos seguintes achados:

✓ Dentre as atividades de controle vetorial identificadas no item 4 do DOC 05, a Prefeitura não contempla integralmente essas atividades rotineiras, tal como a pesquisa entomológica em ciclos semanais (letra “g”, item 4 - DOC 05), prescritas nas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p.53/54) e/ou pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue do Estado de São Paulo (SES/SP, 2010, p.16/26);

✓ a teor da declaração de fls. 6 do arquivo DOC 05, percebe-se que o município não possui, de fato, um Comitê Gestor Intersetorial, sob coordenação da secretaria municipal de saúde, com representantes das áreas do município que tenham interface com o problema dengue (defesa civil, limpeza urbana, infraestrutura, segurança, turismo, planejamento, saneamento etc.), definindo responsabilidades, metas e indicadores de acompanhamento de cada área de atuação, conforme preconizado nas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p.83/84) e atividades rotineiras de âmbito municipal segundo a SUCEN (Atividades por Nível de Governo³⁷);

✓ de acordo com o arquivo DOC 05 - fls. 07/15, o município não possuía, em 2016, Plano Municipal de Contingência de Dengue, que integra as atividades rotineiras de âmbito municipal recomendadas pela SUCEN, tendo em vista que o referido Plano, para o período 2016/2017, foi instituído apenas em 28 de novembro de 2016, ou seja, faltando apenas um mês para o fim do exercício;

✓ dentre os insumos especificados no item 4 do evento 61.13, necessários à segurança do trabalhador para as ações de controle vetorial, consoante as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 67/68 e 83/84), não há o capacete de aba larga;

✓ não há local específico para a manutenção, lavagem e guarda dos equipamentos para aplicação de inseticida (vide item 5 do evento 61.13, consoante as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 66);

✓ com base no informado nos itens 7 e 11 do arquivo DOC 05 - fls. 2/3, o município não efetua pesquisa entomológica por meio de armadilhas e/ou levantamento de índice (IVO³⁸ e IPO³⁹), conforme

³⁷ <http://www.saude.sp.gov.br/sucen-superintendencia-de-controle-de-endemias/homepage/downloads/arquivos-dengue>

³⁸ Indica a porcentagem de armadilhas positivas. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 77)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 53/54, 77/78 e 83/84), e pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue (SES/SP, 2010, p. 16/26);

✓ o número de 105.557 imóveis trabalhados (DOC 05 - item 13 - fls. 3) não atingiu a meta prevista no Sispacto 2016 de 121.000 imóveis a serem trabalhados.

A.4.4 - Considerações Finais

Resumindo, as análises identificaram falhas e/ou oportunidades de melhorias no componente “controle vetorial” do programa municipal de controle da dengue, relativas à execução das atividades rotineiras (pelo insuficiente levantamento de indicadores entomológicos) e à falta de estrutura (inexistência de órgão estruturado para coordenar áreas que tenham interface com o problema dengue e também pela insuficiência de equipamentos/EPI necessários à rotina de controle vetorial).

Como propostas de melhorias, tem-se a adoção plena do preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009), e pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue (SES/SP, 2010).

Sob essa proposta espera-se como benefício o aumento da eficácia no controle vetorial na redução da força de transmissão da doença.

A.5. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

Consoante determinação contida no processo TC-A-7361/026/16, foram realizadas no exercício as seguintes Fiscalizações Ordenadas:

- **TRANSPARÊNCIA** (arquivo DOC 08)

Destacamos os seguintes apontamentos no relatório da inspeção realizada no município:

- A Lei de Acesso a Informações não foi regulamentada;
- Não existe a previsão da(s) autoridade(s) que podem classificar a informação quanto ao grau de sigilo;
- Não há previsão de responsabilização no caso de condutas ilícitas previstas na Lei de Acesso à Informação;
- A existência de instância recursal no caso de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos não foi regulamentada;

³⁹ Indica o número médio de ovos por armadilha positiva. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 70)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- As informações constantes do Portal não são atualizadas em tempo real (dia útil imediatamente anterior);
- A página não indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o órgão ou entidade detentora da página/portal/sítio;
- Não existe possibilidade de entrega ou envio de pedidos de acesso, seja na forma física ou eletrônica;
- O link do E-Sic eletrônico não está disponível no site;
- Não há possibilidade de acompanhamento posterior do pedido;
- Não há relatórios estatísticos de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) presencial e eletrônico contendo número de atendimentos e prazo médio de atendimento dos pedidos;
- Não foi implantado na entidade serviço de Ouvidoria;
- Não há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido;
- Não há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem;
- Com relação às despesas do ente, não são apresentadas informações, a partir de 01/01/2016, em tempo real, contendo dados sobre O FAVORECIDO, VALOR DO PAGAMENTO, NÚMERO DO PROCESSO, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, BEM OU SERVIÇO ADQUIRIDO;
- O site não apresenta dados a partir de 01/01/2016, contendo a íntegra dos editais de licitação;
- Com relação aos procedimentos licitatórios realizados a partir de 01/01/2016, o site não contém informações sobre o VALOR LICITADO;
- O site não apresenta a prestação de Contas do Exercício Anterior;
- O site não apresenta o relatório de Gestão Fiscal dos 02(dois) últimos quadrimestres ou períodos encerrados;
- O site não contém dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades previstas ou em execução no orçamento vigente;
- O site não disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;
- Não há informações sobre a receita a partir de 01/01/2016, incluindo natureza da receita, valor de previsão e valor arrecadado, data de arrecadação, com divulgação em tempo real (dia útil imediatamente anterior);
- O site não apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos 3 (três) últimos bimestres encerrados;
- As audiências públicas não são transcritas em atas.

Contudo, verificamos que a Prefeitura não providenciou adequações ao que foi apontado pela fiscalização, exceto quanto a atualização em tempo real das informações de receitas e despesas constantes do Portal e disponibilização do link e-SIC no sítio



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



eletrônico, mas ainda assim, em local não tão acessível, dentro do portal da transparência, dificultando seu acesso pela população, conforme tratado no item D.1 deste relatório.

• **RESÍDUOS SÓLIDOS** (juntado no evento 16)

Destacamos os seguintes apontamentos no relatório da inspeção realizada no município:

- Não existe o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010;
- Não está constituído o Conselho de Resíduos Sólidos no Município;
- O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Não existem outras iniciativas de recepção de resíduos sólidos (ecopontos, cata-bagulho, etc.);
- A programação da coleta (não seletiva) não correspondia a realidade;
- Não existe unidade de triagem e de compostagem;
- Não existe licença de operação da CETESB para a área de transbordo;
- O município não aprova os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das Atividades Agrossilvopastoris (artigo 20-inciso V-lei nº 12.305/2010);
- O município não fiscaliza a execução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos empreendimentos do setor agrossilvopastoril;
- Não existem sanções para o descumprimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Contudo, verificamos que a Prefeitura não providenciou adequações ao que foi apontado pela Fiscalização.

Ressaltamos que, a nosso ver, existe um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos inserido no Plano Municipal de Saneamento Básico, mas de qualquer maneira, o referido plano não atende, em sua totalidade, o conteúdo mínimo exigido no art. 19 da Lei Federal nº 12.305/2010 (conforme tratado no item A.1 destes autos).

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| Receitas | Previsão | Realização | AH % | AV % |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Receitas Correntes | 335.736.000,00 | 311.792.151,87 | -7,13% | 108,00% |
| Receitas de Capital | 11.601.000,00 | 5.080.102,77 | -56,21% | 1,76% |
| Receitas Intraorçamentárias | - | - | #DIV/0! | 0,00% |
| Deduções da Receita | (30.637.000,00) | (28.182.601,47) | -8,01% | -9,76% |
| Subtotal das Receitas | 316.700.000,00 | 288.689.653,17 | | |
| Outros Ajustes | | | | |
| Total das Receitas | 316.700.000,00 | 288.689.653,17 | | 100,00% |
| Déficit de arrecadação | | 28.010.346,83 | -8,84% | 9,70% |
| Despesas Empenhadas | Fixação Final | Execução | AH % | AV % |
| Despesas Correntes | 280.030.805,23 | 254.410.435,04 | -9,15% | 87,59% |
| Despesas de Capital | 37.289.964,60 | 26.019.571,30 | -30,22% | 8,96% |
| Reserva de Contingência | - | - | #DIV/0! | 0,00% |
| Despesas Intraorçamentárias | 3.340.600,00 | 3.307.343,71 | -1,00% | 1,14% |
| Repasse de duodécimos à CM | 8.477.500,00 | 8.477.500,00 | 0,00% | 2,92% |
| Transf. Financeiras à Adm. Indireta | - | - | #DIV/0! | 0,00% |
| Dedução: devolução de duodécimos | | (1.760.976,66) | | |
| Subtotal das Despesas | 329.138.869,83 | 290.453.873,39 | | |
| Outros Ajustes | | | | |
| Total das Despesas | 329.138.869,83 | 290.453.873,39 | | 100,00% |
| Economia Orçamentária | | 38.684.996,44 | -11,75% | 13,32% |
| Resultado Ex. Orçamentária: | Déficit | (1.764.220,22) | | 0,61% |

Balanco Orçamentário do AUDESP e da Origem às fls. 1/4 e 19/23 do arquivo DOC 06.

O déficit da execução orçamentária aumentou o déficit financeiro do ano anterior (informamos que, com as alterações realizadas pela Fiscalização anterior, o resultado financeiro de 2015 se tornou deficitário).

O déficit da execução orçamentária provém da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 9,70%, a efetiva arrecadação.

Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 4 vezes, sobre descompasso entre Receitas e Despesas e, nem assim, conteve o gasto não obrigatório e adiável (notificações de alerta no arquivo DOC 07).

A Prefeitura deixou de contabilizar R\$ 17.079.675,23 de despesas e encargos sociais (compensação nas guias), conforme itens E.1.1 e B.5.1 deste relatório, dispêndios da competência do exercício que, se regularmente empenhados, elevariam o déficit orçamentário a R\$ 17.737.133,17.

Conforme sistema Audesp, a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 59.275.581,92, o que corresponde a 19,23% da Despesa Fixada Inicial (DOC 06 – fl. 38).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



O Município realizou investimento (R\$4.975.182,24 – DOC 06 – fls. 1 e 21) correspondente a apenas 1,57% da Receita Corrente Líquida (R\$316.641.581,78).

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária e o investimento apresentaram os seguintes percentuais:

| Exercício | Resultado da execução orçamentária | Percentual do resultado da execução orçamentária | Percentual de investimento em relação à RCL |
|-----------|------------------------------------|--|---|
| 2015 | Déficit de | -0,41% | 4,05% |
| 2014 | Déficit de | -3,13% | 3,92% |
| 2013 | Superávit de | 5,56% | 3,33% |

- Percentual do resultado da execução orçamentária de 2015 após ajustes da Fiscalização.
- Dados conforme relatório de contas de 2015 (TC-2567/26/15).

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

| Resultados | 2015 | 2016 | % |
|-------------|-----------------|-----------------|---------|
| Financeiro | 11.132.601,88 | (22.276.467,26) | 300,10% |
| Econômico | (42.586.968,99) | 173.540.360,56 | 507,50% |
| Patrimonial | 112.307.649,17 | 289.137.452,75 | 157,45% |

- Dados de 2015 e 2016 conforme demonstrativos contábeis do AUDESP e da Origem no arquivo DOC 06, exceto quanto ao resultado financeiro de 2016, que foi ajustado pela Fiscalização.

No tocante ao resultado financeiro de 2016, a Fiscalização realizou ajustes conforme quadro a seguir no intuito de evidenciar a realidade financeira deixada pela gestão em análise no seu último ano de administração municipal:

| | Ativo Financeiro | Passivo Financeiro | Resultado Financeiro |
|---|------------------|--------------------|----------------------|
| Valor Original do ativo e passivo financeiros constantes no Balanço Patrimonial de 2016 | 53.202.770,16 | 30.572.399,72 | 22.630.370,44 |
| Ajustes no Ativo Financeiro: | | | |
| (-) Valor depositado na conta do TJ proveniente de precatórios | 25.379.228,68 | | |
| (-) Valor se repetindo há anos, que a prefeitura não sabe do que se trata | 2.447.933,79 | | |
| Ajuste no Passivo Financeiro: | | | |
| (+) Despesas de 2016 empenhadas em 2017 | | 1.106.762,28 | |
| (+) Compensações Previdenciárias | | 15.972.912,95 | |
| Valor do Ativo e Passivo Financeiros após ajustes e Resultado Financeiro Ajustado de 2016 | 25.375.607,69 | 47.652.074,95 | - 22.276.467,26 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Motivação dos Ajustes:

1. Do ativo financeiro excluimos R\$ 25.379.228,68 por se tratar de uma conta que, de fato, não se trata de um direito financeiro, mas sim de um direito referente aos valores já repassados ao TJ a título de precatórios, ou seja, não representava nenhum valor financeiro a ser recebido. Tal valor pode ser verificado compondo o ativo financeiro no Anexo 14A do Balanço Patrimonial (DOC 06 – fl. 10) e no balancete contábil no arquivo DOC 09 – fl. 1.
2. Dos outros R\$ 2.520.320,26 a receber no ativo financeiro, excluimos também R\$ 2.447.933,79, pois é valor que vem se mantendo quase inalterado há anos e tem origem no sistema contábil anterior e a prefeitura não soube identificar do que se trata. Tal valor pode ser verificado compondo o ativo financeiro no Anexo 14A do Balanço Patrimonial (DOC 06 – fl. 10) e no balancete contábil no arquivo DOC 09 – fl. 1. A alteração de R\$ 141,34 em 2016 foi apenas um erro de escrituração.
3. Incluimos, no passivo financeiro, o valor de R\$ 1.106.762,28 por se tratar de despesas de 2016 (deveriam ter sido empenhadas em 2016), mas que foram empenhadas apenas em 2017, conforme documentação da própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 31/35, tratada no item E.1.1 deste relatório.
4. Incluimos, no passivo financeiro, o valor de compensação previdenciária ocorrida no exercício em análise (R\$ 15.972.912,95), mas que tiveram que ser parceladas pela Administração seguinte, conforme tratado no item B.5.1 deste relatório. Sendo assim, deveria ter composto as despesas de 2016.

No que diz respeito ao Resultado Econômico de 2016, consignamos que o mesmo foi bastante elevado principalmente em razão do considerável montante de inscrição em dívida ativa. Tudo conforme tratado no item “B.1.6. DÍVIDA ATIVA” destes autos.

Em relação ao Resultado Patrimonial de 2016, demonstramos a seguir a sua composição:

| | |
|--|---------------------------|
| Resultado Patrimonial de 2015 | R\$ 112.307.649,17 |
| (+) Resultado Econômico de 2016 | R\$ 173.540.360,56 |
| (=) Resultado Patrimonial de 2016 | R\$ 285.848.009,73 |
| Ajustes | |
| (-) Diferença entre os restos a pagar não processados de 2016 e 2015 (R\$ 5.332.491,80 - R\$ 8.621.934,82) | + R\$ 3.289.443,02 |
| (=) Resultado Patrimonial ajustado de 2016 | R\$ 289.137.452,75 |

Ajuste em decorrência dos Restos a Pagar não processados não figurarem no Passivo Circulante ou Não Circulante, mas compõem o Passivo Financeiro (que entra no cálculo do saldo patrimonial).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.1.2.1. INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO

| | | | |
|--|------|-----|-----------------|
| Resultado financeiro do exercício anterior | 2015 | | 11.132.601,88 |
| Ajustes por Variações Ativas <i>(exercício em exame)</i> | 2016 | (*) | 1.633.437,72 |
| Ajustes por Variações Passivas <i>(exercício em exame)</i> | 2016 | (*) | (33.278.286,64) |
| Resultado Financeiro Retificado do exercício de | 2015 | | (20.512.247,04) |
| Resultado Orçamentário do exercício de | 2016 | | (1.764.220,22) |
| Resultado Financeiro do exercício de | 2016 | | (22.276.467,26) |
| <i>(*) - Que causam interferência no Resultado Financeiro do exercício anterior.</i> | | | |

- Ajustes por Variações Ativas decorrentes de cancelamentos de restos a pagar (arquivo DOC 06 – fl. 4).
- Ajustes por Variações Passivas conforme evidenciado no item anterior.

Haja vista esses números, o déficit orçamentário do exercício em exame contribuiu no surgimento de um antes inexistente déficit financeiro, isso, embora tenha sido a Prefeitura alertada por 4 (quatro) vezes, por esta Corte de Contas (arquivo DOC 07).

Ressaltamos que, considerando os ajustes realizados pela Fiscalização anterior, o resultado financeiro de 2015, na verdade, já era negativo em R\$ 7.940.119,65 e mesmo assim o paço municipal realizou execução orçamentária negativa, demonstrando total descomprometimento com a LRF.

Cabe lembrar que a execução orçamentária teria sido muito pior caso não tivesse ocorrido as compensações previdenciárias indevidas e a falta de empenhos de parte das despesas de 2016, conforme tratado no item anterior.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

| Componentes da DCP | Saldo Período Anterior | Movimento do Período | | Saldo para o Período Seguinte |
|------------------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | |
| Restos a Pagar Processados | 21.873.485,68 | 22.767.831,80 | 20.149.217,49 | 24.492.099,99 |
| Restos a Pagar Não Processados | 8.630.234,82 | 20.512.836,33 | 23.601.674,51 | 5.541.396,64 |
| Consignações | 1.956.608,37 | 21.359.022,30 | 22.871.050,53 | 444.580,14 |
| Depósitos | 136.980,25 | 66.950,58 | 109.607,88 | 94.322,95 |
| Outros | - | | | - |
| Total | 32.597.309,12 | 64.706.641,01 | 66.731.550,41 | 30.572.399,72 |
| Inclusões da Fiscalização | | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | | |
| Total Ajustado | 32.597.309,12 | 64.706.641,01 | 66.731.550,41 | 30.572.399,72 |
| Índice de Liquidez Imediata | Disponível | 25.375.607,69 | 0,83 | |
| | Passivo Financeiro | 30.572.399,72 | | |

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, nisso desconsiderando os ajustes no passivo financeiro apontados no item B.1.2 deste relatório, que elevam o passivo financeiro para R\$ 47.652.074,95.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

| Exercícios: anterior e em exame | 2015 | 2016 | AH% |
|---------------------------------|----------------|----------------|---------|
| Dívida Mobiliária | | | |
| Dívida Contratual | 12.256.732,24 | 11.854.957,07 | -3,28% |
| Precatórios | 74.000.666,81 | 81.362.094,09 | 9,95% |
| Parcelamento de Dívidas: | 14.646.521,89 | 13.956.203,22 | -4,71% |
| De Tributos | | | |
| De Contribuições Sociais: | 14.646.521,89 | 13.956.203,22 | -4,71% |
| Previdenciárias | 14.646.521,89 | 13.956.203,22 | -4,71% |
| Demais contribuições sociais | | | |
| Do FGTS | | | |
| Outras Dívidas | 8.392.342,57 | 16.834.800,31 | 100,60% |
| Dívida Consolidada | 109.296.263,51 | 124.008.054,69 | 13,46% |
| Ajustes da Fiscalização | | | |
| Dívida Consolidada Ajustada | 109.296.263,51 | 124.008.054,69 | 13,46% |

Conforme balanço patrimonial constante no arquivo DOC 06 e visualização de valor de precatórios no arquivo DOC 10 – fl. 1

Constatamos que o aumento na dívida de longo prazo (13,46%) é decorrente do aumento do saldo de precatórios e do aumento do saldo de dívidas com fornecedores.

B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Na amostra não constatamos irregularidade nos lançamentos, cobranças e registros.

No tocante à atividade dos cartórios, informamos que a cobrança ainda está *sub judice*, conforme documento no arquivo DOC 11 – fls. 1/2.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

| Verificações | | |
|--------------|---|-------------|
| 1 | No exercício examinado o Município efetivou ato de renúncia de receita? | Não |
| 2 | O ato atendeu às prescrições do artigo 14 da LRF? | Prejudicado |

Item 1 – arquivo DOC 11 – fl. 3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.1.6. DÍVIDA ATIVA

| Movimentação da Dívida Ativa | 2015 | 2016 | AH% |
|--|----------------------|-----------------------|-----------------|
| Saldo inicial da Dívida Ativa | 94.187.571,95 | 90.453.273,90 | -3,96% |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado | 94.187.571,95 | 90.453.273,90 | -3,96% |
| Saldo inicial da Provisão para Perdas | | | |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado | - | - | |
| Total | 94.187.571,95 | 90.453.273,90 | -3,96% |
| Total Ajustado | 94.187.571,95 | 90.453.273,90 | -3,96% |
| Recebimentos | 7.165.997,83 | 6.595.186,14 | -7,97% |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Recebimentos Ajustados | 7.165.997,83 | 6.595.186,14 | -7,97% |
| Cancelamentos | 404.190,78 | 843.801,54 | 108,76% |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Cancelamentos Ajustados | 404.190,78 | 843.801,54 | 108,76% |
| Valores não Recebidos | 86.617.383,34 | 83.014.286,22 | -4,16% |
| Valores não Recebidos Ajustados | 86.617.383,34 | 83.014.286,22 | -4,16% |
| Inscrição | 3.835.890,56 | 192.739.717,88 | 4924,64% |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Inscrições Ajustadas | 3.835.890,56 | 192.739.717,88 | 4924,64% |
| Juros e Atualizações da Dívida | | | |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Juros e Atualizações da Dívida Ajustada | - | - | |
| Saldo Final da Provisão para Perdas | | | |
| Inclusões da Fiscalização | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | |
| Saldo Final Provisão p/ Perdas ajustado | - | - | |
| Saldo Final da Dívida Ativa | 90.453.273,90 | 275.754.004,10 | 204,86% |
| Saldo Final da Dívida Ativa Ajustado | 90.453.273,90 | 275.754.004,10 | 204,86% |

Em relação aos dados do quadro retro, constatamos que existe uma diferença entre o valor total de Dívida Ativa informado pelo setor de Contabilidade (R\$ 275.754.004,10 - Balanço Patrimonial no arquivo DOC 06) e o setor de Dívida Ativa (R\$ 275.570.106,72 - Demonstrativo no arquivo DOC 12 - fls. 1/2).

Tal distorção caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.º 4.320, de 1964).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Ademais, consignamos que o aumento de quase 5000% no valor da "inscrição", que foi responsável pelo aumento de mais de 200% no montante de dívida ativa de 2015 para 2016, foi decorrente da inscrição de dívida de ISSQN do Banco Itaú/Unibanco S/A com o município de Mogi Mirim em razão de construção e operação de um "Data Center" em seu território.

A situação está sendo analisada judicialmente, sendo que a tutela de urgência para anulação de débito fiscal impetrada pelo banco foi deferida, sendo suspensa, até o deslinde da questão, a exigibilidade do débito (vide DOC 12 - fls. 3/11).

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

| QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF | R\$ | % |
|---|-----------------------|----------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 316.641.581,78 | 100,00% |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | | |
| Saldo Devedor | 121.015.421,93 | 38,22% |
| Limite Legal - Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado | 379.969.898,14 | 120,00% |
| Excesso a Regularizar | | |
| CONCESSÕES DE GARANTIAS | | |
| Montante | - | |
| Limite Legal - Artigo 9º. Resolução 43 do Senado | 69.661.147,99 | 22,00% |
| Excesso a Regularizar | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Exceto ARO | | |
| Realizadas no Período | 2.728.057,49 | 0,86% |
| Limite Legal - Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado | 50.662.653,08 | 16,00% |
| Excesso a Regularizar | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | |
| Realizadas no Período | 25.986.794,00 | 8,21% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Exceto ARO) > DESPESAS DE CAPITAL | Não | |
| ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO | | |
| Saldo Devedor | - | |
| Limite Legal - Artigo 10. Resolução 43 do Senado | 22.164.910,72 | 7,00% |
| Excesso a Regularizar | | |
| RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | |
| Saldo do exercício anterior | - | |
| Valor arrecadado no exercício | 309.519,70 | |
| Valor aplicado no exercício | 262.405,76 | |
| Saldo a Aplicar | 47.113,94 | |

Valores informados referentes à alienação de ativos conforme documentos no arquivo DOC 13, sendo demonstrados conforme segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Sado ao fim de 2015 | Arrecadação | Rendimentos de aplicação financeira em 2016 | Valor da despesa | Saldo ao fim de 2016 |
|---------------------|-------------------|---|-------------------|----------------------|
| 13.930,25 | 292.808,49 | 2.780,96 | 262.405,76 | 47.113,94 |

Obs.: o montante da despesa está agregando o valor de restos a pagar de R\$ 54.994,31 à empresa “Construtora Alpha Vitória Ltda-EPP”, que foi debitado da conta corrente em 12/02/2016, mas não foi pago até o fim do exercício de 2016.

| | | |
|-------------|---|------------|
| Verificação | | |
| 1 | Houve atendimento aos limites estabelecidos pela LRF? | SIM |

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

| Período | Dez 2015 | Abr 2016 | Ago 2016 | Dez 2016 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| % Permitido Legal | 54,00% | 54,00% | 54,00% | 54,00% |
| Gasto Informado | 150.869.200,15 | 154.217.529,74 | 157.820.362,11 | 154.881.181,05 |
| Inclusões da Fiscalização | | 2.752.373,20 | 7.970.778,00 | 15.972.915,95 |
| Exclusões da Fiscalização | | | | |
| Gastos Ajustados | | 156.969.902,94 | 165.791.140,11 | 170.854.097,00 |
| Receita Corrente Líquida | 303.895.161,36 | 307.222.303,27 | 311.823.930,86 | 316.641.581,78 |
| Inclusões da Fiscalização | | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada | | 307.222.303,27 | 311.823.930,86 | 316.641.581,78 |
| % Gasto Informado | 49,65% | 50,20% | 50,61% | 48,91% |
| % Gasto Ajustado | | 51,09% | 53,17% | 53,96% |

O gasto com pessoal informado no quadro supra, está somado com os valores de compensação previdenciária que ocorreram em 2016, e por consequência, não estavam integrando os montantes dessa despesa, sendo que acrescentamos R\$ 2.752.373,20 ao 1º quadrimestre, R\$ 7.970.778,00 ao 2º quadrimestre e R\$ 15.972.912,95 ao 3º quadrimestre, tudo conforme valores compensados em 2016 informados no item B.5.1 – ENCARGOS deste relatório.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, porém ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, bem como aquele previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei supracitada, sujeitando o órgão às vedações contidas no próprio artigo 22.

Com base no art. 59, § 1º, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado ainda em 2016, por 2 (duas) vezes, quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral arquivo DOC 07.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 26,48% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

| IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | | |
|---|-----------------------|-----------------------------------|
| RECEITAS | 212.656.704,95 | |
| Ajustes da Fiscalização | | |
| Total de Receitas de Impostos - T.R.I. | 212.656.704,95 | |
| FUNDEB - RECEITAS | | |
| Retenções | 28.131.623,37 | |
| Transferências recebidas | 37.283.458,67 | |
| Receitas de aplicações financeiras | 106.220,81 | |
| Ajustes da Fiscalização | | |
| Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F. | 37.389.679,48 | |
| FUNDEB - DESPESAS | | |
| Despesas com Magistério | 35.784.738,47 | |
| Outros ajustes da Fiscalização (60%) | | |
| Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%) | 35.784.738,47 | 95,71% |
| Demais Despesas | 1.433.524,37 | |
| Outros ajustes da Fiscalização (40%) | | |
| Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%) | 1.433.524,37 | 3,83% |
| Total aplicado no FUNDEB | 37.218.262,84 | 99,54% |
| DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO | | |
| Educação Básica (exceto FUNDEB) | 28.178.094,30 | |
| Acréscimo: FUNDEB retido | 28.131.623,37 | |
| Dedução: Ganhos de aplicações financeiras | (120.967,00) | |
| Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno | | |
| Aplicação apurada até o dia 31.12. 2016 | 56.188.750,67 | 26,42% |
| Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: | | Aplic. no 1º trim. de 2017 |
| Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 2017 | (2.798.258,61) | |
| Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios | (1.751,26) | |
| Aplicação final na Educação Básica | 53.388.740,80 | 25,11% |
| PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO | | |
| Receita Prevista Realizada | 235.547.000,00 | |
| Despesa Fixada Atualizada | 67.578.394,77 | |
| Índice Apurado | 28,69% | |

Documentos no arquivo DOC 14.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Aplicação do FUNDEB residual até 31.03 do exercício seguinte: | 2017 |
|--|-----------------------|
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos | 212.656.704,95 |
| Retenções ao FUNDEB | 28.131.623,37 |
| Receitas de transferências do FUNDEB sem rendimentos financeiros | 37.283.458,67 |
| Receitas de aplicações financeiras | 106.220,81 |
| Despesas com recursos do FUNDEB | 37.218.262,84 |
| Saldo FUNDEB para aplicação no 1º trimestre de: 2017 | 171.416,64 |
| Máximo de até 5% do FUNDEB acrescentável aos 25% (art. 212, CF) | - |
| Empenho e pagamento com FUNDEB residual feitos no primeiro trimestre de 2017 | - |
| Saldo do FUNDEB residual não empenhado e pago até o primeiro trimestre de 2017 | 171.416,64 |
| Valor a ser adicionado à aplicação de 2016 para compor o mínimo de 25% | - |
| 2016 | |

Conforme apurado pela Fiscalização, o Município aplicou 25,11%, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

No exercício de 2016 foi aplicado 99,54% do FUNDEB recebido, observando o percentual mínimo de 95%, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a não utilização da parcela diferida (R\$ 171.416,64) no 1º trimestre de 2017, aqui não se atendendo ao § 2º do artigo 21 da LF nº 11.494/07.

Ao final do exercício havia restos a pagar do Fundeb de R\$1.614.692,48 (DOC 15 - fl. 17) e nas contas bancárias vinculadas havia o total de R\$ 1.758.857,62 (R\$1.758.100,70 + R\$756,92 - boletim de caixa), conforme DOC 15 - fls. 21/31. Sendo assim, havia saldo suficiente para quitar os restos a pagar, mas não a parcela diferida.

Demais disso, (após os ajustes efetuados pela Fiscalização) verificamos que relativamente ao FUNDEB, empregou o Município 95,71% na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Inclusões | 2016 | REC. PRÓPRIOS | FUNDEB 60% | FUNDEB 40% |
|---|------|---------------------|------------|------------|
| | | | | |
| | | | | |
| Total das inclusões | | - | - | - |
| Exclusões | 2016 | | | |
| Cancelamento de Restos a Pagar | | 1.751,26 | | |
| Pessoal: desvio de função (salário/encargos) | | | | |
| Despesas com Ensino Médio | | | | |
| Despesas com Ensino Superior | | | | |
| Despesas não amparadas pelo art. 70, LDB | | | | |
| RP Próprios não pagos até 31.01 de | 2017 | 2.798.258,61 | | |
| RP Fundeb não pagos até 31.03 de | 2017 | | | |
| Outras | | | | |
| Total das exclusões | | 2.800.009,87 | - | - |
| Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões | | 2.800.009,87 | - | - |
| Informações adicionais | | | | |
| R P Próprios pagos entre 01.02. 2017 e a inspeção | | 495.676,14 | | |
| Saldo de RP Próprios não quitados até a inspeção | | 2.300.831,21 | | |
| R P Fundeb pagos entre 01.04. 2017 e a inspeção | | | - | - |
| Saldo de RP Fundeb não quitados até a inspeção | | | - | - |

Documentos do arquivo DOC 15.

B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

- **Exclusão** do valor de **R\$ 1.751,26** referente a cancelamento de Restos a Pagar (arquivo DOC 15 – fl. 16).
- **Exclusão** do valor de **R\$ 2.798.258,61** referente a Restos a Pagar não quitados até 31/01/2015 (arquivo DOC 15 – fl. 8).

B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

| Verificações | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | O Município já conta com Plano Municipal de Educação? | SIM |
| 2 | Houve iniciativa de leis para elaboração de Plano Municipal de Educação ou adaptação do já existente, à luz da LF nº 13.005/14 , considerando a data limite de 26.06.15? | SIM |
| 3 | O Município conta com Plano de Carreira e Remuneração do Magistério? | SIM |
| 4 | A remuneração do Magistério encontra-se de acordo com o Piso Nacional? | SIM |
| 5 | Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior específica? | SIM |
| 6 | O Conselho Municipal de Educação vem cumprindo as atribuições de sua competência? | SIM |
| 7 | O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência? | SIM |
| 8 | O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência? | SIM |
| 9 | O Município vem atingindo as notas previstas no IDEB? (último disponível) | NÃO |
| 10 | Na Rede Municipal de Ensino há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais? | NÃO |
| 11 | Há insuficiência de vagas na Rede Municipal de Ensino? | SIM |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Item 5: somente 3 docentes não tinham graduação (DOC 16 – fl. 1)

Item 9: diversas escolas não atingiram a meta projetada (arquivo DOC 16 – fls. 2/3).

Item 10: apesar de existir o CEMAAE (Centro Municipal de Atendimento e Apoio Especializado) e alguns professores de apoio nas escolas para alunos com deficiência, não identificamos professores com a especialização (é exigida apenas graduação em pedagogia para ocupar o cargo). A relação constante do arquivo DOC 16 – fls. 4/30 demonstra alunos com diversos tipos de deficiência (intelectual, auditiva, visual, síndrome de Down e até múltiplas deficiências), que demandariam especialização por parte do profissional ajudante, a exemplo de linguagem de sinais e leitura em braile.

O déficit de vagas em creches é de 507 crianças (DOC 16 – fls. 31/32) correspondendo a 8,40% das vagas disponíveis na Rede Municipal de Ensino (6033 vagas disponíveis entre creches e alunos matriculados no ciclo I do ensino fundamental).

B.3.2. SAÚDE

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação em ações e serviços de Saúde alcançou 27,78%.

De nossa parte, informamos o apurado após a presente fiscalização:

| SAÚDE | | Valores - R\$ |
|---|------|-----------------------|
| Receitas de impostos | | 212.656.704,95 |
| Ajustes da Fiscalização | | |
| Total das Receitas | | 212.656.704,95 |
| Total das despesas empenhadas com recursos próprios | | 59.082.611,20 |
| Ajustes da Fiscalização | | (1.960.845,01) |
| Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de | 2017 | (3.021.025,89) |
| Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde | | 54.100.740,30 |
| | | 25,44% |
| Planejamento atualizado da Saúde | | |
| Receita Prevista Atualizada | | 235.547.000,00 |
| Despesa Fixada Atualizada | | 67.258.924,00 |
| Índice apurado | | 28,55% |

Conforme apuramos, aplicou o Município 25,44% da receita de impostos na Saúde, observando o piso constitucional de 15%.

De anotar que R\$ 1.960.845,01 daquela receita, não ingressaram por se referirem a Restos a Pagar Não Liquidados sem lastro nas contas bancárias da Saúde, tudo conforme possibilita o inciso II do artigo 24 da LC nº 141/12.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Inclusões | 2016 | |
| | | |
| | | |
| Total das inclusões | | - |
| Exclusões | 2016 | |
| Cancelamento de Restos a Pagar | | |
| Pessoal: desvio de função (salário/encargos) | | |
| Plano de Saúde fechado | | |
| Ações de Saúde não promovidas pelo SUS | | |
| Demais despesas não elegíveis - Fiscalização | | |
| RP Liquidados não pagos até 31.01 | 2017 | 3.021.025,89 |
| Outras | | 1.960.845,01 |
| Total das exclusões | | 4.981.870,90 |
| Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões | | (4.981.870,90) |
| Informações adicionais | | |
| R Pagar pagos entre 01.02 | 2017 e a fiscalização | 1.447.616,18 |
| Saldo de RP não quitados até a fiscalização | | 3.533.838,59 |

Dados conforme documentos no arquivo DOC 17.

a) Restos a pagar liquidados não pagos até 31.01.2017.

O saldo de restos a pagar liquidados de saúde, em 01.01.2017 era de R\$ 5.480.393,67. Até o dia 31.01.2017 foram pagos R\$ 2.459.367,78, restando um saldo de R\$ 3.021.025,89 (vide arquivo DOC 17 – fls. 11 e 20).

b) Restos a pagar não processados sem disponibilidades financeiras.

Em 01.01.2017, os restos a pagar não processados, empenhados com recursos da saúde, somavam R\$ 1.960.845,01 (DOC 17 – fl. 11).

Ocorre que as disponibilidades financeiras nas contas movimento da saúde (R\$ 305.168,48 – DOC 17 – fl. 31) não eram suficientes, sequer, para pagamento dos restos processados (R\$ 5.480.393,67 – DOC 17 – fl. 11).

Os demais recursos da saúde são receitas vinculadas e não poderiam ser utilizados para pagamento de restos a pagar empenhados na fonte 01.

Portanto, verificamos R\$ 1.960.845,01 de restos a pagar não processados sem disponibilidades financeiras.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

| Verificações | | |
|--------------|---|-----|
| 1 | Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde? | NÃO |
| 2 | Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde? | NÃO |

Item 2 conforme arquivo DOC 18.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Apesar do Fundo Municipal de Saúde possuir contas bancárias próprias para movimentação dos recursos próprios da saúde, isso não ocorre. Movimentações financeiras eram realizadas constantemente entre as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde e as contas bancárias dos demais fundos da saúde com recursos federais vinculados e até com a conta movimento da prefeitura (vide exemplos da movimentação bancária de recursos vinculados colacionados no arquivo DOC 19 - fls. 1/16).

A título de amostragem, escolhemos um desses fundos com recursos vinculados (BLMAC) para verificar todas as despesas realizadas na própria rubrica do fundo.

Sendo assim, juntamos o relatório de despesa específico do BLMAC no arquivo DOC 19 - fls. 17/51, onde é possível verificar que houve despesas pagas em um montante de R\$ 17.498.417,13 (somatório na fl. 47) e mais R\$ 115.299,80 que ficaram como restos a pagar (somatório na fl. 51).

No entanto, a conta bancária vinculada do BLMAC demonstra débitos no montante de R\$ 19.351.716,93 (vide DOC 19 - fl. 16). Ou seja, uma diferença de R\$ 1.853.299,80.

Isso significa que R\$ 1.853.299,80 saíram da conta bancária vinculada sem que houvesse a devida despesa (empenhos) na rubrica do BLMAC. Conclui-se que esse valor faltante advém das movimentações bancárias decorrentes de pagamentos de outras despesas e transferências entre contas.

Para se ter uma melhor ideia, verificando apenas a 1ª página do extrato bancário do BLMAC (DOC 19 - fl. 6) com o relatório das despesas do BLMAC juntado no arquivo DOC 19 - fls. 17/51, assinalamos 8 (oito) desembolsos para pagamentos a empresas decorrentes de despesas não empenhadas na rubrica do BLMAC.

Essa situação caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidência contábil (art. 83 da Lei n.º 4.320, de 1964).

- **Reprovação das contas da saúde pelo Conselho Municipal de Saúde**

Dentre outros motivos, a situação apresentada supra foi um dos principais para reprovação das contas da saúde pelo conselho municipal de saúde (CMS), nos 3 quadrimestres de 2016 (vide DOC 18).

Além disso, ainda no mesmo arquivo, o Conselho também evidenciou falta de medicamentos, fila extremamente longa para agendamento de cirurgias eletivas devido ao estabelecimento de pequenas cotas, falta de transporte, equipamentos de odontologia



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



sucateados, diminuição de procedimentos de consultas, laboratórios e pronto socorro devido ao estabelecimento de cotas e atrasos de pagamentos dos prestadores de serviços, somado ao fato da ausência de respostas aos questionamentos do conselho sobre diversos assuntos.

De nossa parte, em relação aos pontos suscitados pelo Conselho Municipal de Saúde, podemos ratificar a situação quanto a alguns aspectos tais como:

- ✓ **Diminuição de procedimentos de consultas e laboratórios.** Nesse aspecto podemos citar a 1ª Fiscalização Ordenada de 2017, que no município de Mogi Mirim, ocorreu em uma UBS e onde foi apontado que o tempo de espera para agendar consultas era, em média, de 2 a 3 meses. Com exames acontecia o mesmo, sendo que simples exames de sangue também chegavam a demorar 2 meses de espera. Apesar de se tratar do início de 2017, evidentemente essas condições se perpetuam desde 2016 (Ordenada no arquivo DOC 40).
- ✓ **Fila extremamente longa para agendamento de cirurgias eletivas.** Nesse ponto, juntamos no arquivo DOC 39, dados da própria secretaria de saúde, onde fica evidenciado que, no exercício de 2016, foram realizadas 371 cirurgias eletivas (fls. 2/3) contra 868 realizadas em 2015 (fl. 1).

Sendo assim, tendo em vista a movimentação financeira das contas da saúde de forma irregular, degradação nas condições de atendimento à população e ausência de repasses à Santa Casa de Mogi Mirim nos meses de novembro e dezembro de 2016 (tratado no item B.5.3, deste relatório), o que levou ao atendimento precário à população pela entidade, entendemos procedente a reprovação das contas das contas da saúde por parte do CMS.

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

| Verificações | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | Foi instituída a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública? | SIM |
| 2 | Os recursos da CIP foram movimentados em contas específicas? (LRF, art. 8º, parágrafo único) | NÃO |
| 3 | O Município assumiu os ativos da iluminação pública? (Resolução ANEEL nº 414/10)? | SIM |
| 4 | Os ativos foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial? | NÃO |
| 5 | O Município executa diretamente os serviços relacionados à iluminação pública? | NÃO |

Dados: Item 1 no Evento 21.18. Demais itens conforme arquivo DOC 20.

O Município instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 280/2013, alterada posteriormente pela Lei Complementar n.º 291/14, sendo regulamentada pelo decreto n.º 6764/14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Apesar de possuir conta específica para movimentos de arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços de iluminação pública, isso não ocorreu. Movimentações financeiras eram realizadas constantemente entre a conta específica da iluminação pública e outras contas do município (vide movimentação da conta no arquivo DOC 20 – fls. 1/5).

A arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços correlatos tiveram a seguinte configuração no exercício em exame:

| | |
|---|---------------------|
| Saldo em 31.12. 2015 | 1.955.633,58 |
| Rendimentos aplicações financeiras | 160.513,87 |
| Valor arrecadado no exercício | 7.459.526,53 |
| Ajustes da Fiscalização | |
| Disponibilidade total | 9.575.673,98 |
| Despesas realizadas no exercício | 8.370.487,42 |
| Ajustes da Fiscalização | (588.340,16) |
| Despesas realizadas após ajustes | 7.782.147,26 |
| Saldo em 31.12. 2016 | 1.793.526,72 |

Dados conforme arquivo DOC 20.

Os ajustes da Fiscalização foram para alinhar ao saldo da conta no fim do exercício, visto que as movimentações da conta não são convergentes com as receitas e despesas auferidas no exercício em razão das movimentações financeiras com outras contas da Prefeitura.

Ademais, a documentação constante no arquivo DOC 20 – fls. 7/10 demonstra que houve a incorporação patrimonial dos ativos de iluminação pública, mas por falta de informações detalhadas sobre a composição dos ativos, foram lançados apenas como sistema de iluminação pública em um montante de R\$ 172.516,09.

Por fim, a declaração no arquivo 20 – fl. 11 confirma que, durante o exercício de 2016, a execução dos serviços de operação e manutenção da iluminação pública era feita por empresa terceirizada. Somente em 2017, com a nova gestão municipal, o município passou a executá-los de forma direta.

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação *in loco* dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

B.4. PRECATÓRIOS

B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.4.1.1. REGIME ESPECIAL MENSAL

| REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS (MENSAL e ANUAL) | |
|--|---------------|
| Saldo de Precatórios devidos e não pagos até 31/12/2015 no BP (passivo) | 74.000.666,81 |
| Ajustes efetuados pela Fiscalização | |
| Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2015 no BP (ativo) | 11.084.668,36 |
| Ajustes efetuados pela Fiscalização | 741.033,38 |
| Saldo apurado em 31/12/2015 | 62.174.965,07 |
| Mapa de Precatórios recebido em 2015 para pagamento em 2016 | 668.710,71 |
| Depósitos efetuados em 2016 (opção anual ou mensal) | 13.553.526,94 |
| Pagamentos efetuados pelo TJ em 2016 | |
| Saldo Financeiro de Precatórios em aberto em 31/12/2016 | 74.669.377,52 |
| Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2016 | 25.379.228,68 |
| Saldo apurado em 31/12/2016 | 49.290.148,84 |

Balancete Audesp no arquivo DOC 10 – fl. 1.

Ajuste no saldo das contas do TJ em 2015 para acertar o real saldo em 2016, que foi informado pelo próprio TJ. Saldos de 2015 conforme Balanço Patrimonial no arquivo DOC 06 – fls. 10/11 e 28/29.

Mapa de precatórios no arquivo DOC 10 – fls. 2/4.

Declaração de que não identificaram ofício do TJ sobre pagamentos efetuados em 2016 no DOC 10 – fl. 5.

Depósitos de 2016 e comprovantes conforme arquivo DOC 10 – fls. 6/30, em observância aos valores obrigatórios demonstrados no quadro seguinte. Observar que houve outros depósitos, como por exemplo parcelas de parcelamento existente.

Valores a serem pagos em conformidade com a emenda 62/2009:

| Mês | Ano | Receita Corrente Líquida | | | % da RCL Adotado | 4,40% |
|-----------------------------------|------|---------------------------------|-----|------|------------------|----------------|
| Pagamento | | 2º mês anterior ao do pagamento | | | Valor | 1/12 de: 4,40% |
| Jan | 2016 | 303.098.642,77 | Nov | 2015 | 13.336.340,28 | 1.111.361,69 |
| Fev | 2016 | 303.895.161,36 | Dez | 2015 | 13.371.387,10 | 1.114.282,26 |
| Mar | 2016 | 304.283.898,95 | Jan | 2016 | 13.388.491,55 | 1.115.707,63 |
| Abr | 2016 | 306.649.251,76 | Fev | 2016 | 13.492.567,08 | 1.124.380,59 |
| Mai | 2016 | 305.843.836,42 | Mar | 2016 | 13.457.128,80 | 1.121.427,40 |
| Jun | 2016 | 307.222.303,27 | Abr | 2016 | 13.517.781,34 | 1.126.481,78 |
| Jul | 2016 | 309.088.202,38 | Mai | 2016 | 13.599.880,90 | 1.133.323,41 |
| Ago | 2016 | 307.774.128,71 | Jun | 2016 | 13.542.061,66 | 1.128.505,14 |
| Set | 2016 | 309.043.281,96 | Jul | 2016 | 13.597.904,41 | 1.133.158,70 |
| Out | 2016 | 311.823.930,86 | Ago | 2016 | 13.720.252,96 | 1.143.354,41 |
| Nov | 2016 | 310.360.991,70 | Set | 2016 | 13.655.883,63 | 1.137.990,30 |
| Dez | 2016 | 310.555.918,07 | Out | 2016 | 13.664.460,40 | 1.138.705,03 |
| Total da Receita Corrente Líquida | | | | | | 13.528.678,34 |

Alíquota adotada conforme documentação no arquivo DOC B4 – fls. 31/36.

Conforme Fiscalização anterior, também havia um parcelamento de precatórios (decorrente de acordo celebrado com o Tribunal de justiça) a ser pago em 24 vezes, sendo que a Fiscalização anotou pagamento até a 21ª parcela em 2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Sendo assim, consignamos que as outras 3 (três) parcelas restantes foram quitadas pela prefeitura entre janeiro e março de 2016, conforme comprovantes juntados no arquivo DOC 10 – fls. 37/39.

| REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA | |
|--|--------------|
| Saldo de requisitórios no final do exercício de 2015 | |
| Requisitórios de baixa monta incidentes em 2016 | 3.559.450,42 |
| Pagamentos efetuados no exercício de 2016 | 3.559.450,42 |
| Houve pagamento integral no exercício em exame | - |

Arquivo DOC 10 – fls. 40/68.

B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF)

Considerando o valor dos depósitos até o presente exercício, o quadro a seguir procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2020, conforme decidido pelo STF.

| DECISÃO DO STF : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ | 2020 | |
|---|------|---------------|
| Saldo de precatórios até 31.12 de 2016 | | 49.290.148,84 |
| Número de anos restantes até 2020 | | 4 |
| Valor anual necessário para quitação até 4 | | 12.322.537,21 |
| Montante pago no exercício de 2016 | | 13.553.526,94 |
| Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2020 | | |

O próprio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em declaração datada de 10/05/2016, informa que a prefeitura de Mogi Mirim estava em situação de adimplência no que se refere ao pagamento de precatórios (vide DOC 10 – fl. 69). Após essa data e até o fim do exercício, conforme comprovantes de pagamentos já juntados no item anterior, o paço municipal manteve-se em dia com o recolhimento mensal devido.

Em relação à contabilização dos precatórios apuramos:

| Verificação | | |
|-------------|--|-----|
| 1 | O Balanço Patrimonial registra, corretamente, as pendências judiciais? | SIM |

B.5. OUTRAS DESPESAS

B.5.1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Verificações: | | Guias apresentadas |
|---------------|--------|--------------------|
| 1 | INSS: | Parcial |
| 2 | FGTS: | SIM |
| 3 | RPPS: | Não há |
| 4 | PASEP: | SIM |

Inicialmente, cumpre-nos relatar que a Prefeitura de Mogi Mirim já vinha pagando parcelamento previdenciário realizado em fevereiro de 2015, referente às competências de 10/2014 a 13/2014. No entanto, em fevereiro de 2016 solicitou cancelamento do referido parcelamento para incluí-lo em novo parcelamento com acréscimo das competências de 08/2015 a 13/2015 (vide documentação do arquivo DOC 21 – fls. 1/11).

Além disso, a competência de 07/2015, que já havia sido inscrita em dívida ativa da união sob nº 124071651, também foi parcelada em fevereiro de 2016 (arquivo DOC 21 – fls. 12/15).

Conforme quadro a seguir, esses parcelamentos e reparcelamentos resultaram em prejuízos aos cofres públicos (atualização, juros e multas) da ordem de R\$ 4.458.190,11:

| Nº da Dívida | Período de Apuração/Competência | Valor Originário | Valor Atualizado | Total de juros, multas e atualização | Valor ao fim do exercício de 2016 |
|--------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| 48.628.609-6 | 10/2014 - 13/2014 | 3.890.180,40 | 4.713.346,92 | 823.166,52 | Reparcelado |
| 12.536.067-3 | 08/2015 – 13/2015 | 8.277.897,74 | 14.408.724,07 | 3.014.564,42 | 11.856.754,63 |
| 48.628.609-6 | 11/2014 – 13/2014 | 3.116.261,91 | | | |
| 12.407.165-1 | 07/2015 | 1.584.825,45 | 2.205.284,62 | 620.459,17 | 1.999.448,59 |
| Total | | 16.869.165,50 | 21.327.355,61 | 4.458.190,11 | 13.856.203,22 |

Dados dos valores originários e atualizados conforme documentos já mencionados no arquivo DOC 21 – fls. 1/15, sendo que o valor de atualização, juros e multas foi encontrado pela diferença entre ambos.

Valores ao fim do exercício de 2016 conforme documentos no arquivo DOC 21 – fls. 16/29. Ademais, a Origem declara que não há pendências de encargos sociais de exercícios anteriores a 2016 que não estejam consolidados nos parcelamentos vigentes retro mencionados (arquivo DOC 21 – fl. 20).

No que tange aos recolhimentos previdenciários do próprio exercício de 2016, registramos que as competências de 02/2016 a 13/2016 foram apenas parcialmente pagas, tendo ocorrido compensação previdenciária em um montante de R\$ 15.972.912,95 (vide documentação no arquivo DOC 22).

Segundo a atual Administração, essas compensações previdenciárias, realizadas pela gestão anterior, não foram precedidas de anuência da Receita Federal do Brasil (RFB), sendo realizadas exclusivamente através de retificação de GFIP, sem liminar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



de processo judicial. Por esse motivo (risco gerado pela compensação sem embasamento legal), decidiram, em 2017, assumir os débitos compensados através de parcelamento junto à RFB (vide declaração no arquivo DOC 23 – fls. 1/2).

Ou seja, a atual Administração terá que arcar com mais essa dívida previdenciária, que atualizada, chega ao montante de R\$ 22.224.282,57, conforme cálculo no quadro abaixo:

| Nº da Dívida | Período de Apuração/Competência | Valor Originário (atualizado no momento dos parcelamentos) | Valor Atualizado | Total de juros, multas e atualização |
|--|---------------------------------|---|---|--------------------------------------|
| 13.495.806-3 (ordinária) | 11/2016 – 13/2016 | 5.515.612,65 | 6.762.914,40 (112.715,24 * 60 parcelas) | 1.247.301,75 |
| 13.495.805-5 (simplificada) | 11/2016 – 13/2016 | 726.441,74 | 893.232,60 (14.887,21 * 60 parcelas) | 166.790,86 |
| ----- | 02/2016 – 10/2016 | 11.303.479,51 | 14.568.135,57 | 3.264.656,06 |
| Total | | 17.545.533,90 | 22.224.282,57 | 4.678.748,67 |

Dados conforme documentação juntada no arquivo DOC 23 – fls. 3/15.

As dívidas apontadas nos dois quadros supra foram provenientes de parcelamentos, reparcelamentos e compensações previdenciárias que resultaram em uma dívida de R\$ 36.080.485,79 passada à próxima gestão, sendo que R\$ 9.136.938,78 (R\$ 4.458.190,11 + R\$ 4.678.748,67) foram decorrentes de atualização, multas e juros de atos praticados pela Administração em 2016.

Quanto à forma como se deram as compensações previdenciárias, informamos que foi objeto de apontamento no item C.2.3 deste relatório.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

| | SECRETÁRIOS | VICE-PREFEITO | PREFEITO |
|--|-------------|---------------|--------------|
| Valor subsídio inicial fixado para a legislatura | R\$9.800,00 | R\$8.000,00 | R\$16.000,00 |
| (+) 0,00% = RGA 2013 | R\$9.800,00 | R\$8.000,00 | R\$16.000,00 |
| Nova fixação dos subsídios dos secretários em 07/03/2014 | R\$7.900,00 | R\$8.000,00 | R\$16.000,00 |
| (+) 7,00 % = RGA em 23/05/2014 | R\$8.453,00 | R\$8.560,00 | R\$17.120,00 |
| (+) 0,00 % = RGA 2015 | R\$8.453,00 | R\$8.560,00 | R\$17.120,00 |
| (+) 0,00 % = RGA 2016 | R\$8.453,00 | R\$8.560,00 | R\$17.120,00 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Verificações: | | |
|---------------|--|-------------|
| 1 | A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores? | Prejudicado |
| 2 | A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo? | Prejudicado |
| 3 | Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429/92? | Não |
| 4 | Houve eventuais situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos? | Não |

Documentos referentes aos 2 quadros acima no arquivo DOC 24.

Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito foram fixados pela Lei Municipal nº 5263/2012 e dos Secretários Municipais pela Lei Complementar nº 267/2013.

Em 2013 não houve concessão de reajuste.

Em 2014 houve nova fixação do subsídio dos secretários, através da Lei 5532/2014, os quais foram reduzidos para R\$ 7.900,00. E, posteriormente, a concessão de reajuste no importe de 7%, através da Lei 5559/14.

Em 2015 e 2016, não houve reajuste.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

- Débitos com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto

A Prefeitura possuía, ao fim de 2016, um elevado débito junto ao Serviço Autônomo de Água Esgoto de Mogi Mirim, que importava em R\$ 14.612.116,70, conforme cálculos da autarquia (vide arquivo DOC 25 - fl. 1). Tais débitos estão inscritos na Dívida Ativa do SAAE (DOC 25 - fl. 6).

Essa dívida iniciou-se em exercícios anteriores e até o fim do exercício de 2012 somava R\$ 1.595.969,67 originais, corrigidos a R\$ 4.656.317,10 (arquivo DOC 25 - fl.1).

A partir de 2013 iniciou-se a nova gestão municipal (2013-2016), cujo último ano está aqui em análise.

Nos 3 (três) primeiros anos dessa gestão (2013-2015) houve um montante de R\$ 5.526.264,57 de faturas não pagas ao SAAE, que corrigidos chegaram ao importe de R\$ 6.303.143,63. Somada com a dívida anterior corrigida chegou ao total de R\$ 12.699.532,04 ao fim de 2015.

No exercício em análise, os serviços prestados pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Autarquia, para a Prefeitura Municipal, geraram faturas no montante R\$ 3.256.009,56 (valores das faturas mensais com vencimento em 02/2016 a 01/2017 no arquivo DOC 25 - fls. 2/4). Desse montante, ficaram em aberto (sem pagamento) o correspondente a R\$ 1.644.600,83 corrigidos a R\$ 1.912.584,66 até o fim do exercício (arquivo DOC 25 - fl. 1).

Sendo assim, os débitos da Prefeitura com a autarquia montam em R\$ 14.612.116,70 (valor atualizado no início de 2017), dos quais R\$ 8.215.728,29 foram contraídos durante os 4 (quatro) anos da atual administração (planilha no arquivo DOC 25 - fl. 1).

O déficit na execução orçamentária da autarquia, em 2016, foi de R\$ 335.873,57, conforme balanço orçamentário extraído do AudeSP. Nota-se, portanto, que a Prefeitura é a grande responsável pela insolvência da Autarquia.

Além disso, em 2016, não houve pagamento das parcelas referentes ao parcelamento de faturas que engloba parte dessa dívida da Prefeitura com SAAE, conforme se verifica do Demonstrativo da Dívida Fundada no arquivo DOC 06 - fl. 32.

Entendemos que a contumaz inadimplência da Prefeitura junto à Autarquia pode acarretar a insolvência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto municipal causando sérios prejuízos à população.

Constatamos, ainda, que a gestão aqui analisada pretendia terceirizar os serviços de abastecimento de água e esgoto do Município através da Concorrência Pública nº 003/2016, uma vez que a autarquia estava se tornando insolvente (vide eTC-10075.989.16-0).

No entanto, a gestão atual (2017-2020) revogou o sobredito processo licitatório (publicação no arquivo DOC 25 - fl. 5).

- Débitos com a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim

A Prefeitura possuía, ao fim de 2016, um elevado débito junto à Santa Casa de Mogi Mirim, referente aos meses de novembro e dezembro de 2016 em que não ocorreram repasses àquela entidade.

A nova gestão, em 02/02/2017, teve que realizar acordo de parcelamento em audiência de conciliação intermediada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para pagamento da dívida originada nesses dois meses, totalizando R\$ 2.279.567,76 (6 parcelas de R\$ 379.927,96). Vide documentos no arquivo DOC 45 - fls. 1/4.

Tal situação gerou grande transtorno à Santa Casa, acarretando greve de médicos por atraso nos salários e até o encerramento temporário do atendimento na maternidade da entidade, motivado pelo pedido de demissão de 9 ginecologistas e obstetras. Tudo conforme matéria jornalística juntada no arquivo DOC 45 - fls. 5/6.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* do item.

B.6. TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* dos itens Almojarifado e Bens Patrimoniais.

Em relação à tesouraria, verificamos as seguintes impropriedades:

Inúmeras transferências injustificadas entre as contas vinculadas da Saúde e Iluminação Pública e a conta movimento da Prefeitura Municipal e até mesmo para outras contas vinculadas (comentários detalhados nos B.3.2 e B.3.3.1).

Em alguns casos não houve devolução dos valores às devidas contas e em outros casos sim, mas mesmo nesse último caso, entendemos que a Prefeitura está utilizando as contas vinculadas para a captação de recursos, em uma operação equivalente a realização de empréstimos, sem qualquer amparo legal.

B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara assim se mostraram no exercício examinado:

| | | |
|--|------|----------------|
| Valor utilizado pela Câmara em: | 2016 | 6.716.523,34 |
| Despesas com inativos | | 866.209,56 |
| Subtotal | | 5.850.313,78 |
| Receita Tributária ampliada do exercício anterior: | 2015 | 208.686.152,72 |
| Percentual resultante | | 2,80% |

| | | |
|-------------|--|-----|
| Verificação | | |
| 1 | Houve atendimento ao limite constitucional do artigo 29-A da CF? | SIM |

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos o não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos. Na verdade, a melhor definição para a situação verificada em 2016 é de que não era possível verificar a ordem cronológica de pagamentos.

A Fiscalização verificou que muitas notas fiscais eram



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



emitidas somente no momento em que realmente seriam pagas, independentemente da data da prestação do serviço. Assim, nunca havia quebra na ordem cronológica de pagamentos que fosse identificável ao sistema Audesp.

A título de pequena exemplificação frente ao volume detectado pela Fiscalização, juntamos diversas notas fiscais, todas emitidas em dezembro de 2016, referentes a serviços prestados à prefeitura durante o exercício de 2016, que mediante termos de confissão de dívida por parte da prefeitura, foram pagas em dezembro (arquivo DOC 26).

Consignamos que a nota fiscal de nº 192 emitida em 02/12/2016 no valor de R\$ 376.196,00 (DOC 26 - fl. 41) foi paga em 30/12/2016 (arquivo DOC 26 - fls. 35 e 46) e, segundo a atual gestão, foi posteriormente cancelada pela empresa contratada em 10/01/2017, conforme documento juntado no arquivo DOC 26 - fl. 47.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

Conforme dados encaminhados ao Sistema AUDESP, assim se compôs a despesa passível de licitação da Prefeitura:

| Modalidade | Valores - R\$ | Percentual |
|-----------------------------------|----------------------|----------------|
| Concorrência | 13.223.381,29 | 14,89% |
| Tomada de Preços | 505.652,03 | 0,57% |
| Convite | 144.244,82 | 0,16% |
| Pregão | 30.716.977,60 | 34,60% |
| Concurso | | |
| BEC - Bolsa Eletrônica de Compras | | |
| Dispensa de licitação | 6.979.422,66 | 7,86% |
| Inexigibilidade | 3.745.764,92 | 4,22% |
| Outros / Não aplicável | 33.469.069,86 | 37,70% |
| Total geral | 88.784.513,18 | 100,00% |

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

Na amostra, não verificamos falhas de instrução envolvendo os procedimentos licitatórios, bem como os de dispensa e inexigibilidade.

C.2. CONTRATOS

C.2.1. CONTRATOS ENVIADOS AO TRIBUNAL

No exercício em exame foram enviados 4 (quatro) contratos ao Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*

Sob amostragem, analisamos os contratos celebrados no exercício em exame não identificando irregularidades de instrução.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, verificamos as que seguem:

| | | | |
|----|--------------------|--|---------------|
| 01 | Contrato nº: | 077/2016 | |
| | Data: | 21/09/2016 | |
| | Contratada: | TAX&COM CONTABILIDADE LTDA - EPP | |
| | Valor: | R\$ 75.500,00 | |
| | Fonte de recursos: | Municipal | R\$ 75.000,00 |
| | | Estadual | R\$ |
| | | Federal | R\$ |
| | Objeto: | Execução de serviços de compensação relacionada aos pagamentos das Contribuições Previdenciárias, dos últimos 5 anos, efetuados pelo município de Mogi Mirim | |
| | Execução/Prazo: | 60 dias | |
| | Licitação: | Convite nº 03/2016 | |

Toda a documentação no arquivo DOC 27.

Tendo por base as cláusulas pactuadas constatamos irregularidades na execução contratual, conforme segue:

Conforme orientação desta E. Corte, não deverá ocorrer contratação de empresa para realizar ou orientar as compensações de supostos créditos junto a Receita Federal do Brasil, devendo tal tarefa ser realizada pelos próprios servidores municipais do setor competente. Tal orientação não foi aqui observada, visto que o contrato aqui em análise refere-se a esse tipo de contratação.

A despeito disso, registramos que o contrato foi assinado em 21/09/2016, com prazo de 60 dias para execução dos serviços (arquivo DOC 27 - fls. 1/5), mas em 03/10/2016 (apenas 12 dias depois) a contratada já informou a conclusão dos serviços e emitiu a nota fiscal (arquivo DOC 27 - fls. 10/11), sendo o serviço atestado por carimbo na própria nota fiscal.

Na documentação seguinte, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes (Secretária de Finanças), com anuência do prefeito municipal, determina o pagamento integral do valor contratado (arquivo DOC 27 - fls. 13/14), que ocorre em 05/10/2016 (arquivo DOC 27 - fl. 15).

Isto exposto, relembramos que no item B.5.1 - Encargos Sociais deste relatório, o tema "compensação previdenciária em 2016" já foi abordado, onde registramos que a referida compensação iniciou na competência de fevereiro de 2016 (vide GFIP's no arquivo DOC 22),



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



portanto muito antes da assinatura do contrato aqui em análise, o que evidencia que a compensação já vinha sendo realizada muito antes desta contratação.

Noticiamos que a referida contratação foi objeto de "Representação" (eTC-6234.989.17-6) por parte do atual prefeito, o Sr. Carlos Nelson Bueno, onde deixa claro que não há nenhum relatório da contratada dos trabalhos realizados, tampouco indicação dos valores passíveis de compensações junto a Receita Federal do Brasil (vide Ofício no evento 1.01 do eTC-6234.989.17-6).

O mais grave, a nosso ver, é que no evento 1.04 do eTC-6234.989.17-6 o prefeito junta e-mails trocados entre a contabilidade do paço municipal e o representante da empresa, os quais replicamos no arquivo DOC 27 - fls. 16/22, onde é possível verificar que a Sra. secretária de finanças (retro mencionada) é quem determinava o valor a ser compensado no mês e tudo isso em 01/12/2016, data em que teoricamente o serviço já foi totalmente prestado e inclusive pago.

Nos e-mails trocados a partir de 2017, sob a nova gestão municipal, é possível confirmar que até 31/01/2017, a empresa contratada não havia entregue qualquer relatório do trabalho executado.

Por todo o exposto, entendemos que não houve prestação dos serviços contratados, tendo sido realizado, de fato, pela própria prefeitura, motivo pelo qual propomos a devolução de R\$ 75.500,00 aos cofres públicos.

| | | | |
|----|--------------------|---|----------------|
| 02 | Contrato nº: | 028/2016 | |
| | Data: | 20/04/2016 | |
| | Contratada: | IDEAEXPRESS TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI – ME (após alteração da razão social no Termo Aditivo nº 01) | |
| | Valor: | R\$ 159.600,00 | |
| | Fonte de recursos: | Municipal | R\$ 159.600,00 |
| | | Estadual | R\$ |
| | | Federal | R\$ |
| | Objeto: | Locação de sistema para controle de custeio de equipamentos públicos e business intelligence | |
| | Execução/Prazo: | 12 meses | |
| | Licitação: | Pregão Presencial nº 033/2016 | |

Toda a documentação no arquivo DOC 28.

A prefeitura, com essa contratação, visava locar software para sistematizar o fluxo de despesas de água, luz, telefone e manutenção dos próprios públicos (arquivo DOC 28 - fl. 1).

O valor da contratação era de R\$ 13.300,00 mensais, atingindo, portanto, o valor anual de R\$ 159.600,00 (contrato no arquivo DOC 28 - fls. 16/20).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Desde a assinatura do contrato em 20/04/2016, a prefeitura empenhou e liquidou R\$ 66.500,00 (cinco notas fiscais de R\$ 13.300,00), sendo que somente quatro destas notas foram pagas em 2016, portanto R\$ R\$ 53.200,00 (vide documentos no arquivo DOC 28 – 26/31).

No início do exercício de 2017, não identificando a prestação do serviço em questão, a nova gestão municipal notificou a empresa contratada para que informasse onde o software de controle de custeio foi instalado (vide documentos no arquivo DOC 28 – 32/34).

Não obtendo resposta da contratada, a Administração resolveu rescindir unilateralmente o contrato, visto que o Gerente de Tecnologia da Informação comprovou a não prestação dos serviços contratados (arquivo DOC 28 – 36/37).

Por todo o exposto, entendemos que não houve prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual propomos a devolução de R\$ 53.200,00 aos cofres públicos, tendo em vista ter sido este o valor pago à contratada.

C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

| Verificações | | |
|--------------|---|-----|
| 1 | Os serviços de abastecimento e distribuição de água são executados de forma direta pelo Município? | Sim |
| 2 | Os serviços de coleta e tratamento de esgoto são executados de forma direta pelo Município? | Sim |
| 3 | Os serviços de coleta e disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são executados de forma direta pelo Município? | Não |
| 4 | Antes de aterrar o lixo, o Município realiza algum tipo de tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento? | Não |
| 5 | O Município ainda lança, a céu aberto (lixões), seus resíduos sólidos? (LF nº 12.305/10, art. 47, II) | Não |
| 6 | A disposição final de resíduos sólidos é feita em consórcio com municípios da região? | Não |

Documentos no arquivo DOC 29.

No Município, os serviços de abastecimento e distribuição de água são realizados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim, autarquia municipal.

Os serviços de coleta e tratamento de esgoto são realizados mediante concessão por parte da prefeitura (concessionária: SESAMM – Serviço Saneamento de Mogi Mirim S/A), através do contrato de concessão (contrato nº 213/08) decorrente da concorrência pública nº 03/2008, tendo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim a qualidade de interveniente anuente, conforme tratado no item seguinte.

Os serviços de coleta e disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são executados através da empresa Construrban Logística Ambiental Ltda., contrato 261/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A disposição final de resíduos sólidos é feita em aterro particular, devidamente licenciado, através do contrato supra citado.

Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza o tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético.

C.2.5. CONTRATOS DE CONCESSÃO / PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS / PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

| Verificações: PPP | | |
|-------------------|---|-------------|
| 1 | O Município tem contratação de Parcerias Público-Privada (PPP)? | Não |
| 2 | Houve regulamentação do serviço concedido? | prejudicado |
| 3 | Houve mecanismos de manutenção da qualidade do serviço, bem com apuração e solução de queixas e reclamações dos usuários? | Prejudicado |
| 4 | O Poder Concedente tem observado o cumprimento das disposições regulamentares do serviço e as cláusulas pactuadas? | Prejudicado |
| 5 | Houve aplicação de penalidades regulamentares e contratuais? | Prejudicado |

Declaração Negativa no arquivo DOC 30.

| Verificações: Contratos de concessão e permissão de serviços públicos | | |
|---|---|-----|
| 1 | O Município tem contratos de concessão e permissão de serviços públicos? | Sim |
| 2 | Houve regulamentação do serviço concedido? | Sim |
| 3 | Houve mecanismos de manutenção da qualidade do serviço, bem com apuração e solução de queixas e reclamações dos usuários? | Sim |
| 4 | O Poder Concedente tem observado o cumprimento das disposições regulamentares do serviço e as cláusulas pactuadas? | Sim |
| 5 | Houve aplicação de penalidades regulamentares e contratuais? | Não |

A Origem declarou a existência de 7 (sete) contratos de concessão/permissão no município (arquivo DOC 31 – fl. 1). No entanto, somente os 4 (quatro) primeiros mencionados tratam realmente de concessão de serviços públicos, visto que os demais tratam apenas de permissão de uso (vide arquivo DOC 31 – fls. 2/6).

Os decretos que regulamentam os serviços concedidos encontram-se no arquivo DOC 31 – fls. 7/46.

Os contratos com a “Tecnopark” (concessão de serviços de estacionamento rotativo pago), com a “Viação Santa Cruz” (concessão do serviço de transporte coletivo) e com a “Socicam” (concessão da administração, operação e exploração do terminal rodoviário) encontram-se no arquivo DOC 32.

No que tange às 3 (três) concessões mencionados no parágrafo anterior, a documentação referente aos serviços prestados, controle executado pela prefeitura e apuração e solução de queixas de usuários encontra-se no arquivo DOC 33.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Em relação à concessão dos serviços de afastamento e tratamento de esgotos, que nesse caso conta com o SAAE como órgão interveniente anuente, informamos que o contrato de concessão e seus termos aditivos encontram-se no arquivo DOC 34.

O controle contratual exercido pelo SAAE sobre a SESAMM gera relatórios mensais sobre a qualidade do serviço prestado, englobando avaliações químicas do esgoto, medições da quantidade de esgoto tratado e comparações com as medições do próprio SAAE atestadas por engenheiro responsável. Acostamos um desses relatórios mensais no arquivo DOC 35.

Ademais, a Origem declarou não ter aplicado penalidades nas concessionárias (arquivo DOC 31 – fl. 7).

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

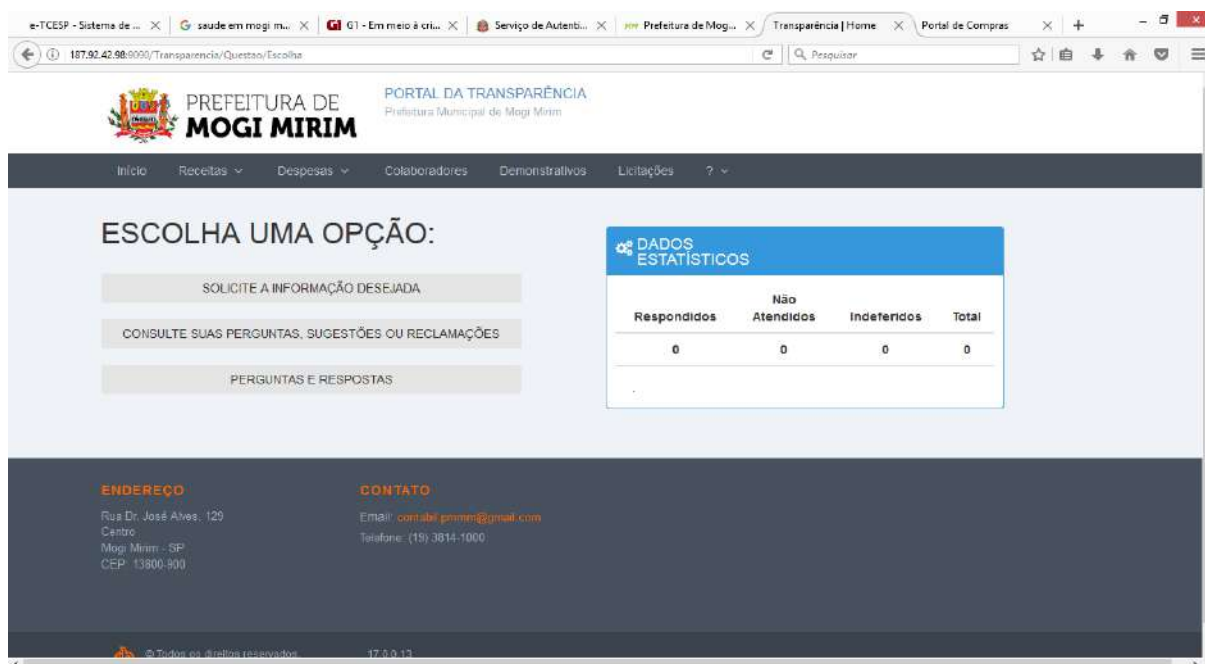
D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

| Verificações | | |
|--------------|--|-----|
| 1 | A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 9º</i>) | NÃO |
| 2 | Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º</i>) | SIM |
| 3 | Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (<i>LRF, art. 48-A</i>) | SIM |
| 4 | Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (<i>LRF, art. 9º, § 4º</i>) | SIM |
| 5 | Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (<i>LRF, art. 48, parágrafo único</i>) | SIM |
| 6 | Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (<i>LRF, art. 49</i>) | SIM |
| 7 | Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO? (<i>LRF, art. 48</i>) | SIM |
| 8 | Publicação ou divulgação do RGF? (<i>LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, “b”</i>) | SIM |
| 9 | Publicação e divulgação do RREO? (<i>LRF, art. 52</i>) | SIM |
| 10 | Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (<i>LRF, art. 51, § 1º, I</i>) | SIM |
| 11 | Divulgação dos tributos arrecadados? (<i>CF, art. 162</i>) | SIM |
| 12 | Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (<i>CE, art. 256</i>) | SIM |
| 13 | Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (<i>LC 141/12, art. 36, § 5º</i>) | SIM |
| 14 | Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (<i>CF, art. 39, § 6º</i>) | SIM |

Em relação ao item 1, declarou a origem (arquivo DOC 36) que o Serviço de Informação ao Cidadão Eletrônico estava disponível no portal da transparência, o que entendemos ser de difícil acesso para a população, visto que não está disponível na página inicial do site. Tal entendimento pode ser ratificado pela quantidade zerada de acessos, conforme dados estatísticos do próprio site:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Quanto ao atendimento físico, a declaração informa que este vem sendo executado pelo setor de Protocolo, não havendo local exclusivo nos moldes da lei 12.527/11.

Ademais, não há regulamentação interna para o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (arquivo DOC 36).

Pelo exposto, entendemos que os serviços disponibilizados pela municipalidade, a este título, estão aquém do que propõe a Lei 12.527/11, uma vez que lhe compete não apenas receber documentos/solicitações, mas também orientar ao público e informar sobre a tramitação posterior.

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Como demonstrado no item B.8 deste relatório, foram constatadas divergências entre os documentos fornecidos pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.16:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| Natureza do cargo/emprego | Existentes | | Ocupados | | Vagos | |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|-------------|
| | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 |
| Efetivos | 5.632 | 5644 | 2548 | 2588 | 3084 | 3056 |
| Em comissão | 95 | 95 | 33 | 40 | 62 | 55 |
| Total | 5727 | 5739 | 2581 | 2628 | 3146 | 3111 |
| Temporários | 2015 | | 2016 | | Em 31.12 de 2016 | |
| Nº de contratados | 67 | | 12 | | | |

Quadro de Pessoal no arquivo DOC 37.

No exercício examinado foram nomeados 54 servidores para cargos em comissão (vide DOC 38 – fls. 1/3), dos quais, os seguintes cargos não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF):

a) Assessor Setorial

De acordo com a Lei Complementar 303/2015, artigo 8º (arquivo DOC 38 – fl. 6), compete ao Assessor Setorial:

| | |
|---|--|
| Executar atividades de assessoria, analisar documentos, acompanhar processos diversos , emitir pareceres e outras atividades correlatas, que requeiram conhecimentos políticos específicos da área de atuação; | As atividades são inerentes a servidores de carreira. |
| Assessorar o gerente no desempenho de suas funções, atendendo pessoas, gerenciando informações, elaborando documentos, controlando correspondência física e eletrônica, organizando eventos e viagens, arquivando documentos físicos e eletrônicos, planejando e controlando a agenda, bem como auxiliando a realização e organização de reuniões; | Atividades inerentes a servidores de carreira |
| Efetuar levantamentos sistemáticos de dados para fornecer subsídios ao Prefeito, secretários e gerentes... | Atividades inerentes a servidor de carreira. |
| Coordenar ações políticas relacionadas à melhoria dos processos e procedimentos de comunicação interna no âmbito da gerência, coordenadoria e equipe; | Atividades inerentes a servidor de carreira. |
| Participar do planejamento político e da execução de atividades estratégicas em área específica para garantir eficiência e efetividade dos processos e procedimentos políticos-administrativos; | |
| Fornecer suporte a gestão de pessoas, suprimentos, patrimônio, informática e serviços para a gerência | Atividade inerente a servidor de carreira |
| Pesquisar, analisar, planejar, propor, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas de interesse da Administração Pública, monitorando resultados e fomentando inovações nas políticas públicas; | |
| Orientar e acompanhar os superiores no desempenho de suas atividades | |
| Prestar assistência, específica e especializada, aos seus superiores, em especial aos gerentes. | A formação exigida é nível médio e não se compatibiliza com 'assistência especializada'. |

A maior parte das atividades prevista na lei é inerente a servidor de carreira, conforme quadro acima.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



As poucas atividades de assessoria como orientar superiores, analisar a execução de políticas públicas ou prestar assistência especializada são atividades complexas que exigiram uma formação específica, incompatível com o nível médio.

Durante o exercício foram nomeados três funcionários para o citado cargo (arquivo DOC 38 – fls. 1/3).

D.4. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Acompanham o presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

| | | |
|----|--------------|--|
| 01 | TC nº: | 363/019/16 |
| | Interessado: | Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim |
| | Objeto: | Comunica a reprovação da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2016 da secretaria de saúde de Mogi Mirim |
| | Procedência: | SIM |

O Conselho Municipal de Saúde comunica a reprovação da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2016 da secretaria de saúde de Mogi Mirim.

Registramos que os motivos apresentados para a reprovação das contas do 1º quadrimestre foram semelhantes aos motivos da reprovação das contas dos outros 2 quadrimestres de 2016. A reprovação das contas da saúde dos 3 quadrimestres foi objeto de análise no item B.3.2.2 deste relatório, sendo que a Fiscalização entendeu procedente a motivação apresentada pelo CMS.

| | | |
|----|--------------|--|
| 02 | TC nº: | 409/019/16 |
| | Interessado: | Prefeitura Municipal de Mogi Mirim através da secretaria municipal de saúde |
| | Objeto: | Impugnação da secretaria de saúde aos apontamentos e reprovação das contas da saúde no 1º quadrimestre de 2016 por parte do Conselho Municipal de Saúde. |
| | Procedência: | NÃO |

Trata-se da impugnação, por parte da secretaria de saúde, aos apontamentos e reprovação das contas da saúde no 1º quadrimestre de 2016 pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme abordado no protocolado nº 01 tratado acima.

Por entendermos como procedente a reprovação das contas da saúde, concluímos pela improcedência da impugnação aqui apresentada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | | |
|----|--------------|---|
| 03 | TC nº: | 253/019/16 |
| | Interessado: | Carlos Nelson Bueno |
| | Objeto: | Apresenta cópia de ação popular com pedido de tutela a fim de que seja suspensa a concorrência pública nº 003/2016 (Concessão para prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de água e esgoto de Mogi Mirim) que extinguiria o órgão atualmente responsável pelo serviço, no caso o SAAE. |
| | Procedência: | Processo revogado |

Trata-se do mesmo objeto do exame prévio de edital mencionado no protocolado nº 04 a seguir. Ressaltamos que a Concorrência Pública nº 003/2016 foi revogada (vide publicação no arquivo DOC 25 - fl. 5), portanto extinguindo-se o processo licitatório.

| | | |
|----|--------------|---|
| 04 | TC nº: | 10075.989.16-0 |
| | Interessado: | Joao Batista Costa |
| | Objeto: | Exame Prévio de Edital com o propósito de impugnar o edital da Concorrência Pública nº 003/2016, do tipo técnica e preço, instaurado pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim visando à outorga de concessão para prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. |
| | Procedência: | Processo revogado |

Revogação do processo licitatório (publicação no arquivo DOC 25 - fl. 5), ocorrendo, assim, a perda do objeto.

| | | |
|----|--------------|---|
| 05 | TC nº: | 10116.989.16-1 |
| | Interessado: | Luis Daniel Pelegrine |
| | Objeto: | Representação visando ao Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº 044/2016, que tinha como objeto o registro de preços para prestação de serviço de transporte escolar. |
| | Procedência: | Julgado parcialmente procedente, no entanto houve revogação do processo licitatório. |

Revogação do processo licitatório (publicação no arquivo DOC 41), ocorrendo, assim, a perda do objeto.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento da Lei Orgânica deste Tribunal, mas desatendimento às suas Instruções, conforme relação de documentos entregue em atraso no arquivo DOC 42.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2015, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações deste Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



| | | | |
|---|--------------------|-----------------|---|
| Exercício: 2013 | TC nº: 2002/026/13 | DOE: 24/10/2015 | Data do Trânsito em julgado: 25/11/2015 |
| Recomendações: - aperfeiçoe o planejamento e a execução orçamentária; - cumpra com rigor a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência Fiscal; - nomeie servidor ocupante de cargo efetivo para o Controle Interno; - efetue sem atraso o recolhimento dos encargos sociais; - cumpra os ditames da Lei 8.666/93; - regularize as falhas detectadas no quadro de pessoal; - cumpra as Instruções do Tribunal. | | | |

As contas de 2014 transitaram em julgado apenas em 2017, portanto posteriormente ao fim da gestão aqui em análise.

D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| Exercício | Processo | Parecer |
|-----------|-------------|-----------------------------|
| 2015 | 2567/026/15 | Em Trâmite |
| 2014 | 475/026/14 | Favorável com recomendações |
| 2013 | 2002/026/13 | Favorável com recomendações |

PERSPECTIVA E – RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

E.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

E.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS e LIQUIDADAS

O quadro a seguir demonstra a apuração do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

| | |
|--|------------------------|
| Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de: | 2016 |
| Disponibilidades de Caixa em 30.04 | 25.973.967,20 |
| Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 30.04 | 3.988.991,47 |
| Empenhos liquidados a pagar em 30.04 | 8.266.614,61 |
| Liquidez em 30.04 | 13.718.361,12 |
| Disponibilidades de Caixa em 31.12 | 25.375.607,69 |
| Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 31.12 | 24.701.004,83 |
| Cancelamentos de empenhos liquidados | 15.972.912,95 |
| Cancelamentos de Restos a Pagar Processados | 41.708,71 |
| Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo | 1.106.762,28 |
| Ilíquidez em 31.12 | (16.446.781,08) |

- Dados em 30/04/2016 conforme balancete Audesp juntado no arquivo DOC 43 – fl. 1.
- Dados em 31/12/2016 conforme segue:
 - ✓ Disponibilidade em caixa conforme balanço patrimonial (DOC 06 – fl. 8).
 - ✓ Saldo de RP liquidados conforme Anexo 14A do balanço patrimonial (DOC 06 – fl. 10) ou balancete do Audesp no arquivo DOC 43 – fl. 36.
 - ✓ Cancelamentos de empenhos liquidados e RP processados conforme declaração e dados fornecidos pela própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 2/30.
 - ✓ Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo também conforme declaração e dados fornecidos pela própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 31/35.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A situação financeira do órgão piorou drasticamente entre o período de início e término dos 8 meses finais de mandato do Chefe de Poder, em descumprimento do disposto no art.42 da LRF.

Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura foi alertada, ainda em 2016, por 7 (sete) vezes, sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise (relatórios de alerta do arquivo DOC 07).

E.1.2. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO.

| Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de: | | | | 2016 |
|--|---------------------|--------------------------|----------|-----------|
| Mês | Despesas de Pessoal | Receita Corrente Líquida | % | Parâmetro |
| 06 | 163.596.317,83 | 307.774.128,71 | 53,1547% | 53,1547% |
| 07 | 165.131.064,95 | 309.043.281,96 | 53,4330% | |
| 08 | 165.791.140,11 | 311.823.930,86 | 53,1682% | |
| 09 | 165.630.349,03 | 310.360.991,70 | 53,3670% | |
| 10 | 163.643.741,83 | 310.555.918,07 | 52,6938% | |
| 11 | 161.074.949,92 | 314.209.780,23 | 51,2635% | |
| 12 | 170.854.094,00 | 316.641.581,78 | 53,9582% | |
| Aumento de despesas nos últimos 180 dias do mandato em: | | | | 0,80% |

Informamos que os valores originais contidos no Relatório de Instrução do sistema Audesp (vide DOC 44 – fls. 5/6) foram acrescidos dos valores de compensação previdenciária ocorridos em 2016 conforme DOC 22 – fl. 1.

Sendo assim, acrescentamos R\$ 5.392.816,03 no mês 06/2016, R\$ 6.658.022,19 no mês 07/2016, R\$7.970.778,00 no mês 08/2016, R\$ 9.632.442,44 no mês 09/2016, R\$11.301.624,08 no mês 10/2016, R\$ 13.713.876,55 no mês 11/2016 e R\$15.972.912,95 no mês 12/2016.

Evidenciado no quadro anterior, o aumento da taxa da despesa de pessoal nada tem a ver com atos de gestão expedidos a partir de 5 de julho de 2016 (dentre as leis que aumentaram o gasto com pessoal a mais recente identificada era de 01/07/2016 e dentre os 3 admitidos após 05/07/2016, 2 foram nomeados antes dessa data e 1 foi admitido por decisão judicial).

Tal incremento provém de leis editadas antes do presente lapso de vedação, restando por isso atendido o artigo 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura foi alertada, por 1 (uma) vez sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise (arquivo DOC 07).

E.1.3 OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

O Município não realizou esse empréstimo extraorçamentário, conformando-se ou não ao art. 38, IV, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E.2 LEI ELEITORAL (nº 9.504, de 1997)

E.2.1 ALTERAÇÕES SALARIAIS

Observando-se a nota técnica SDG nº 127/2016, informamos que, a partir de abril, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período, cumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

E.2.2 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 7 de julho, o Município não empenhou gastos de publicidade, atendendo ao art. 73, VI, "b" da Lei nº. 9.504, de 1997.

Alguns empenhos ocorridos após essa data não eram referentes a propaganda, mas a publicidade oficial no jornal oficial do município. A publicidade continha, no máximo, algumas campanhas (contra a dengue e incentivo o aleitamento materno) e comunicação de eventos culturais.

Ademais, no primeiro semestre de 2016, os gastos liquidados de publicidade não superaram a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos exercícios financeiros (2013 a 2015). Nesse contexto, atendeu a Origem ao art. 73, VII da Lei Eleitoral.

| Publicidade em ano eleitoral | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Semestres: | 1º semestre/2013 | 1º semestre/2014 | 1º semestre/2015 | 1º semestre/2016 |
| Despesas | 28.604,14 | 158.000,18 | 599.392,68 | 102.992,20 |
| Média apurada entre os três primeiros semestres dos exercícios anteriores | | | | 261.999,00 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO INFERIORES À MÉDIA EM: | | | | -159.006,80 |

Vide a "Manifestação" da Fiscalização no evento 61 e documentos no evento 61.17 – fls. 5/8.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



E.2.3 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No período examinado, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais (evento 61.17 – fl. 9).

E.3 VEDAÇÃO DA LEI Nº 4.320, DE 1964

No último mês de mandato, a Prefeitura não empenhou (valor empenhado líquido de R\$ 22.403.098,73) mais do que um duodécimo da despesa prevista (R\$ 308.222.500,00 – DOC 06 – fl. 21) atendendo o art. 59, § 1º da Lei nº 4.320/64.

SÍNTESE DO APURADO

| ITENS | |
|--|--------------------|
| Resultado da execução orçamentária | - 0,61 % |
| Percentual de investimentos | 1,57 % |
| Despesa de pessoal em dezembro de 2016 | 53,96 % |
| Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (artigo 212 CF) | 25,11 % |
| Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério (60%) | 97,71 % |
| Total do FUNDEB aplicado em 2016 | 99,54 % |
| Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente? | NÃO |
| Percentual aplicado na Saúde | 25,44 % |
| Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais (Regime Ordinário)? | PREJUDICADO |
| Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais (Regime Especial Anual/Mensal)? | SIM |
| Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta? | SIM |
| Efetuada os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)? | NÃO |
| Efetuada os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social? | PREJUDICADO |
| O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional? | SIM |
| Atendido o artigo 42, da LRF? | NÃO |
| Atendido o artigo 21, parágrafo único, da LRF? | SIM |

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LC nº 709/93, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

1. Item "A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS"

- O Executivo Municipal fixou diversas metas e indicadores da LDO na unidade de medida 'percentagem'. Ocorre que, percentagem não é uma unidade de comparação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não atende integralmente à Lei Federal 12.305/2010.
- O Plano de Mobilidade Urbana foi finalizado em 2016, porém não foi transformado em Lei ou outro ato normativo.
- A Origem declara que alguns imóveis onde se encontram os prédios públicos ainda não atendem à "ABNT NBR 9050", que trata da acessibilidade a edificações, em sua íntegra.

2. Item "A.2. CONTROLE INTERNO"

- Não houve controle interno efetivamente exercendo as atribuições que lhe são atinentes no exercício de 2016, não havendo demonstração de interesse, por parte da Administração, em fazer o sistema de controle interno funcionar, visto que nem mesmo se preocupou em substituir a servidora afastada da função durante o exercício de 2016.
- A forma como o Controle Interno está estruturado na Prefeitura de Mogi Mirim (função gratificada de controlador interno, exercida por servidor efetivo) não traz a essencial independência à função, visto que a mesma pode ser retirada do servidor e ofertada a outro conforme a vontade do gestor do paço municipal, além de desatender ao Manual Básico de Controle Interno de 2016 deste E. Tribunal.
- Não houve confecção de relatórios por parte do Controle Interno no exercício em análise.

3. Item "A.3.3 Apresentação dos Resultados"

- Há mais de **24** alunos por turma em 50% das escolas, em desatendimento às recomendações do CNE.
- **25%** das escolas possuem turmas onde a área disponível por aluno é inferior a 1,875m² por aluno, sendo que 40 a 60% das turmas se encontram nessa condição, em desatendimento à metragem mínima recomendada pelo CNE de 1,875m² por aluno.
- Quanto às Instalações Físicas, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 6 dos 9 itens.
- Quanto a Coleções e Materiais Bibliográficos, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 3 dos 6 itens.
- Quanto aos Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 4 dos 7 itens.
- Quanto ao Processamento de Dados, 25% das escolas não atenderam plenamente às recomendações do CNE, tendo atendido 4 dos 5 itens.
- A maioria dos professores declarou não ter participado ou ter participado de um único curso de formação continuada em 2015, sendo que a baixa capacitação continuada do corpo docente se justifica, em parte, devido ao fato da Prefeitura não vir investindo em capacitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- 33,33% dos professores consideram que o plano de carreira em vigor não estimula a permanência na rede de ensino e o aperfeiçoamento profissional. Além disso, 63,33% dos entrevistados nem consideram que seja realmente um plano de carreira. Em suma, mais de 96% dos professores estão insatisfeitos com o plano de carreira do magistério municipal. Fica claro que o plano existente não atende aos anseios da categoria.
- Quanto às visitas realizadas nas escolas, identificamos, dentre outras, as seguintes irregularidades:
 - I. Calçadas sem rebaixamento nos 2 lados da rua para possibilitar que cadeirantes atravessassem pela faixa de pedestres;
 - II. Falta do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - III. Sala de leitura sem janelas;
 - IV. Falta de laboratórios de Ciência;
 - V. Banheiros sem piso antiderrapantes e assentos em seus vasos sanitários;
 - VI. Conexão instável com a internet;
 - VII. Merendeiras sem a vestimenta adequada;
 - VIII. Botijão de gás instalado dentro da cozinha;
 - IX. Merenda fornecida no dia diferente da especificada no cardápio;
 - X. Produto estocado fora do prazo de validade;
 - XI. Quadras poliesportivas descobertas. Observamos que uma das escolas sequer possui quadra poliesportiva.
 - XII. Goteiras, rachaduras e infiltrações nos mais diversos cômodos da escola;
 - XIII. Problemas nos alambrados possibilitando a saída de alunos e entrada de estranhos.

4. Item "A.4.3 ACHADOS DA FISCALIZAÇÃO"

- Dentre as atividades de controle vetorial identificadas no item 4 do DOC 05, a Prefeitura não contempla integralmente essas atividades rotineiras, tal como a pesquisa entomológica em ciclos semanais, prescritas nas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p.53/54) e/ou pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue do Estado de São Paulo (SES/SP, 2010, p.16/26);
- O município não possui, de fato, um Comitê Gestor Intersetorial, sob coordenação da secretaria municipal de saúde, com representantes das áreas do município que tenham interface com o problema dengue (defesa civil, limpeza urbana, infraestrutura, segurança, turismo, planejamento, saneamento etc.), definindo responsabilidades, metas e indicadores de acompanhamento de cada área de atuação, conforme preconizado nas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p.83/84) e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



atividades rotineiras de âmbito municipal segundo a SUCEN (Atividades por Nível de Governo⁴⁰);

- O município não possuía, em 2016, Plano Municipal de Contingência de Dengue, que integra as atividades rotineiras de âmbito municipal recomendadas pela SUCEN, tendo em vista que o referido Plano, para o período 2016/2017, foi instituído apenas em 28 de novembro de 2016, ou seja, faltando apenas um mês para o fim do exercício;
- Dentre os insumos necessários à segurança do trabalhador para as ações de controle vetorial, consoante as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 67/68 e 83/84), não há o capacete de aba larga;
- Não há local específico para a manutenção, lavagem e guarda dos equipamentos para aplicação de inseticida, consoante as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 66);
- O município não efetua pesquisa entomológica por meio de armadilhas e/ou levantamento de índice (IVO⁴¹ e IPO⁴²), conforme preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009, p. 53/54, 77/78 e 83/84), e pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue (SES/SP, 2010, p. 16/26);
- O número de 105.557 imóveis trabalhados não atingiu a meta prevista no Sispacto 2016 de 121.000 imóveis a serem trabalhados.

5. Item "A.5. FISCALIZAÇÃO ORDENADA"

Transparência

- A Lei de Acesso a Informações não foi regulamentada;
- Não existe a previsão da(s) autoridade(s) que podem classificar a informação quanto ao grau de sigilo;
- Não há previsão de responsabilização no caso de condutas ilícitas previstas na Lei de Acesso à Informação;
- A existência de instância recursal no caso de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos não foi regulamentada;
- A página não indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o órgão ou entidade detentora da página/portal/sítio;
- Não existe possibilidade de entrega ou envio de pedidos de acesso, seja na forma física ou eletrônica;

⁴⁰ <http://www.saude.sp.gov.br/sucen-superintendencia-de-controle-de-endemias/homepage/downloads/arquivos-dengue>

⁴¹ Indica a porcentagem de armadilhas positivas. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 77)

⁴² Indica o número médio de ovos por armadilha positiva. (Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, 2009, p. 70)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- Não há relatórios estatísticos de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) presencial e eletrônico contendo número de atendimentos e prazo médio de atendimento dos pedidos;
- Não foi implantado na entidade serviço de Ouvidoria;
- Não há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido;
- Não há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem;
- Com relação às despesas do ente, não são apresentadas informações, a partir de 01/01/2016, em tempo real, contendo dados sobre O FAVORECIDO, VALOR DO PAGAMENTO, NÚMERO DO PROCESSO, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, BEM OU SERVIÇO ADQUIRIDO;
- O site não apresenta dados a partir de 01/01/2016, contendo a íntegra dos editais de licitação;
- Com relação aos procedimentos licitatórios realizados a partir de 01/01/2016, o site não contém informações sobre o VALOR LICITADO;
- O site não apresenta a prestação de Contas do Exercício Anterior;
- O site não apresenta o relatório de Gestão Fiscal dos 02(dois) últimos quadrimestres ou períodos encerrados;
- O site não contém dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades previstas ou em execução no orçamento vigente;
- O site não disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;
- Não há informações sobre a receita a partir de 01/01/2016, incluindo natureza da receita, valor de previsão e valor arrecadado, data de arrecadação, com divulgação em tempo real (dia útil imediatamente anterior);
- O site não apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos 3 (três) últimos bimestres encerrados;
- As audiências públicas não são transcritas em atas.

Resíduos Sólidos

- Não está constituído o Conselho de Resíduos Sólidos no Município;
- O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Não existem outras iniciativas de recepção de resíduos sólidos (ecopontos, cata-bagulho, etc.);
- A programação da coleta (não seletiva) não correspondia a realidade;
- Não existe unidade de triagem e de compostagem;
- Não existe licença de operação da CETESB para a área de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



transbordo;

- O município não aprova os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das Atividades Agrossilvopastoris (artigo 20-inciso V-lei nº 12.305/2010);
- O município não fiscaliza a execução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos empreendimentos do setor agrossilvopastoril;
- Não existem sanções para o descumprimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

6. Item "B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

- Houve déficit orçamentário na ordem de R\$ 1.764.220,22 (0,61%), mesmo tendo ocorrido compensações previdenciárias no montante de R\$ 15.972.912,95. Se consideradas as compensações, a execução orçamentária de 2016 teria um déficit de R\$ 17.737.133,17.
- O déficit da execução orçamentária provém da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 9,70%, a efetiva arrecadação.
- Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 4 vezes, sobre descompasso entre Receitas e Despesas e, nem assim, conteve o gasto não obrigatório e adiável.
- O Município realizou investimento correspondente a apenas 1,57% da Receita Corrente Líquida.

7. Item "B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL"

- Resultado financeiro ajustado pela Fiscalização deficitário em **R\$ 22.276.467,26**.

8. Item "B.1.2.1. INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO"

- O déficit orçamentário do exercício em exame contribuiu no surgimento de um antes inexistente déficit financeiro, isso, embora tenha sido a Prefeitura alertada por 4 (quatro) vezes, por esta Corte de Contas.

Ressaltamos que, considerando os ajustes realizados pela Fiscalização anterior, o resultado financeiro de 2015, na verdade, já era negativo em R\$ 7.940.119,65 e mesmo assim o paço municipal realizou execução orçamentária negativa, demonstrando total descomprometimento com a LRF.

Necessário lembrar, ainda, que a execução orçamentária foi negativa mesmo tendo ocorrido compensações previdenciárias no montante de R\$ 15.972.912,95, além de despesas não empenhadas em 2016 no montante de R\$ 1.106.762,28.

9. Item "B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO"

- Considerando o resultado financeiro apurado (índice 0,83),



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



verifica-se que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, nisso desconsiderando os ajustes no passivo financeiro apontados no item B.1.2 deste relatório, que elevam seu montante para R\$ 47.652.074,95, agravando ainda mais o já deficitário resultado.

10. Item "B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO"

- Aumento na dívida de longo prazo (13,46%).

11. Item "B.1.6. DÍVIDA ATIVA"

- Constatamos que existe uma diferença entre o valor total de Dívida Ativa informado pelo setor de Contabilidade e o setor de Dívida Ativa. Tal distorção caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.º 4.320, de 1964).

12. Item "B.2.2. DESPESA DE PESSOAL"

- Despesa total com pessoal atingiu, após ajustes, 53,96% em dezembro de 2016, portanto, não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, porém ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, bem como aquele previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei supracitada, sujeitando o órgão às vedações contidas no próprio artigo 22.

13. Item "B.3.1. ENSINO"

- No exercício de 2016 foi aplicado 99,54% do FUNDEB recebido, observando o percentual mínimo de 95%, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a não utilização da parcela diferida (R\$ 171.416,64) no 1º trimestre de 2017, aqui não se atendendo ao § 2º do artigo 21 da LF nº 11.494/07.
- No fim do exercício de 2016, o saldo nas contas bancárias vinculadas do Fundeb era suficiente para quitar os restos a pagar do Fundeb, mas não a parcela diferida.

14. Item "B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO"

- Diversas escolas não atingiram a meta projetada do IDEB para 2015, estando ao menos 03 (três) delas com as menores notas da região da UR.19 (de 5,00 para baixo);
- A nosso ver, na Rede Municipal de Ensino não há atendimento educacional **especializado** para portadores de necessidades especiais.
- Ocorreu déficit de 507 vagas quanto às creches.

15. Item "B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL"

- Apesar do Fundo Municipal de Saúde possuir contas bancárias próprias para movimentação dos recursos próprios da saúde,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



isso não ocorre. Movimentações financeiras eram realizadas constantemente entre as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde e as contas bancárias dos demais fundos da saúde com recursos federais vinculados e até com a conta movimento da prefeitura.

- Inconsistências, no fim do exercício, entre o valor que deveria existir em contas vinculadas da saúde e o valor realmente constante, conforme exemplo dado da conta bancária vinculada "BLMAC".
- Reprovação das contas da saúde pelo Conselho Municipal de Saúde, ficando evidenciada a degradação nas condições de atendimento à população.

16. Item "B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA"

- Apesar de possuir conta específica para movimentos de arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços de iluminação pública, isso não ocorreu. Movimentações financeiras eram realizadas constantemente entre a conta específica da iluminação pública e outras contas do município.
- Os ativos não foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial.

17. Item "B.5.1. ENCARGOS"

- Os parcelamentos e reparcimentos de encargos sociais resultaram em prejuízos aos cofres públicos (atualização, juros e multas), em 2016, da ordem de R\$ 4.458.190,11.
- No que tange aos recolhimentos previdenciários do próprio exercício de 2016, registramos que as competências de 02/2016 a 13/2016 foram apenas parcialmente pagas, tendo ocorrido compensação previdenciária indevida em um montante de R\$ 15.972.912,95.
- As compensações previdenciárias indevidas resultaram em prejuízos aos cofres públicos (atualização, juros e multas), em 2016, da ordem de R\$ 4.678.748,67. Referidas compensações foram confessadas e parceladas pela nova administração, em 2017.

18. Item "B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE"

- Os débitos da Prefeitura com a autarquia de água e esgoto, ao fim de 2016, montavam em R\$ 14.612.116,70 (valor atualizado no início de 2017), dos quais R\$ 8.215.728,29 foram contraídos durante os 4 (quatro) anos da administração aqui analisada, sendo R\$ 1.912.584,66 apenas em 2016.
- Além disso, em 2016, não houve pagamento das parcelas referentes ao parcelamento de faturas que engloba parte dessa dívida da Prefeitura com SAAE.
- A Prefeitura possuía, ao fim de 2016, um elevado débito junto à Santa Casa de Mogi Mirim (R\$ 2.279.567,76 atualizados), referente aos meses de novembro e dezembro de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



2016 em que não ocorreram repasses àquela entidade. Tal situação gerou grande transtorno à santa casa, acarretando greve de médicos por atraso nos salários e até o encerramento temporário do atendimento na maternidade da entidade motivado pelo pedido de demissão de 9 ginecologistas e obstetras.

19. Item "B.6. TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS"

Tesouraria

- Inúmeras transferências injustificadas entre as contas vinculadas da Saúde e Iluminação Pública e a conta movimento da Prefeitura Municipal e até mesmo para outras contas vinculadas. Em alguns casos não houve devolução dos valores às devidas contas e em outros casos sim, mas mesmo nesse último caso, entendemos que a Prefeitura está utilizando as contas vinculadas para a captação de recursos, em uma operação equivalente a realização de empréstimos, sem qualquer amparo legal.

20. Item "B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS"

- A Fiscalização verificou que muitas notas fiscais eram emitidas somente no momento em que realmente seriam pagas, independentemente da data da prestação do serviço. Assim, nunca havia quebra na ordem cronológica de pagamentos que fosse identificável ao sistema Audesp.
- Constatou-se pagamento de nota fiscal em 30/12/2016 (valor de R\$376.196,00) que foi posteriormente cancelada.

21. Item "C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL"

- Em relação ao contrato nº 077/2016 (convite nº 03/2016 - serviços visando compensação previdenciária), entendemos que não houve prestação dos serviços contratados, tendo sido realizado, de fato, pela própria prefeitura, motivo pelo qual propomos a devolução de R\$ 75.500,00 aos cofres públicos.
- No tocante ao contrato nº 028/2016 (pregão presencial nº 033/2016), não há evidências dos serviços contratados, motivo pelo qual também propomos a devolução de R\$ 53.200,00 aos cofres públicos.

22. Item "C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS"

- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza o tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético.
- A prefeitura de Mogi Mirim encontra-se inadimplente com o SAAE no montante de R\$ 14.612.116,70 (valor atualizado no início de 2017), dos quais R\$ 8.215.728,29 foram contraídos durante os 4 (quatro) anos da atual administração e R\$ 1.912.584,66 somente em 2016, conforme tratado no item B.5.3



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



deste relatório.

23. **Item "D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS"**
- A Prefeitura não criou o Serviço de Informação ao Cidadão.
24. **Item "D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP"**
- Foram constatadas divergências entre os documentos fornecidos pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP em relação à Ordem Cronológica de Pagamentos.
25. **Item "D.3.1 PESSOAL"**
- Três servidores foram nomeados para cargo comissionado sem características de direção, chefia e assessoramento.
26. **Item "D.4. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES"**
- Entendemos como procedente a motivação apresentada pelo Conselho Municipal de Saúde para a reprovação da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2016 da secretaria de saúde de Mogi Mirim.
27. **Item "D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL"**
- Constatamos o não atendimento das Instruções deste Tribunal, visto que a Origem encaminhou em atraso algumas informações ao sistema AUDESP.
 - A prefeitura descumpriu diversas recomendações deste Tribunal.
28. **Item "E.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS e LIQUIDADAS"**
- A situação financeira do órgão piorou drasticamente entre o período de início e término dos 8 meses finais de mandato do Chefe de Poder, em descumprimento do disposto no art.42 da LRF.
 - Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura foi alertada, ainda em 2016, por 7 (sete) vezes, sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-19.4, em 11 de julho de 2017.

Ielíneque Rezende Falcão
Chefe Técnico da Fiscalização